**MANUAL DE ACE – MÓDULO 8**

**DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL**



ÍNDICE

[1. INTRODUÇÃO](#_Toc319335747)

[2. COMPONENTES ECONÔMICOS](#_Toc319335748)

[2.1. Ambiente Financeiro](#_Toc319335749)

[2.1.1. Fundos de Desenvolvimento local](#_Toc319335750)

[2.1.2. Dotação Orçamentária para Projetos de Desenvolvimento](#_Toc319335751)

[2.1.3. Captação de Recursos de Outras Fontes](#_Toc319335752)

[2.1.4. Sociedades de Garantia de Crédito - SCG](#_Toc319335753)

[2.1.5. Cooperativas de crédito](#_Toc319335754)

[2.1.6. Microfinanças](#_Toc319335755)

[2.1.7. Outros mecanismos para melhoria da oferta de crédito](#_Toc319335756)

[2.2. infraestrutura](#_Toc319335757)

[2.2.1. infraestrutura Viária](#_Toc319335758)

[2.2.2. infraestrutura Tecnológica](#_Toc319335759)

[2.2.3. Energia](#_Toc319335760)

[2.2.4. Comunicação](#_Toc319335761)

[2.2.5. Zonas industriais](#_Toc319335762)

[2.2.6. Agentes de fomento](#_Toc319335763)

[2.2.7. Agência de Desenvolvimento](#_Toc319335764)

[2.2.8. Centro de Convenções](#_Toc319335765)

[2.2.9. Incubadoras](#_Toc319335766)

[2.3. AMBIENTE legal E POLÍTICO](#_Toc319335767)

[2.3.1. Lei Orgânica Municipal](#_Toc319335768)

[2.3.2. Plano Diretor](#_Toc319335769)

[2.3.3. Códigos Municipais](#_Toc319335770)

[2.3.4. Leis Orçamentárias Municipais](#_Toc319335771)

[2.3.5. Lei Geral da MPE](#_Toc319335772)

[2.3.6. Regulação de Mercado](#_Toc319335773)

[2.3.7. Controle Social dos Poderes Constituídos](#_Toc319335774)

[2.3.8. Participação em Processos Eleitorais](#_Toc319335775)

[2.3.9. Assessoria parlamentar](#_Toc319335776)

[2.3.10. PPP – Parceriais Público-Privadas](#_Toc319335777)

[3. COMPONENTE Social](#_Toc319335778)

[3.1. Educação](#_Toc319335779)

[3.1.1. Escolar](#_Toc319335780)

[3.1.2. Profissionalizante](#_Toc319335781)

[3.1.3. Superior](#_Toc319335782)

[3.1.4. Formação Empreendedora](#_Toc319335783)

[3.1.5. Ensino à Distância](#_Toc319335784)

[3.1.6. Inclusão Digital Empresarial](#_Toc319335785)

[3.2. Segurança pública](#_Toc319335786)

[3.3. AssiStência social](#_Toc319335787)

[3.3.1. Combate à pobreza](#_Toc319335788)

[3.3.2. Segurança Alimentar](#_Toc319335789)

[3.3.3. Previdência](#_Toc319335790)

[3.4. Saúde](#_Toc319335791)

[3.5. Cultura](#_Toc319335792)

[3.6. Esporte, Lazer e entretenimento](#_Toc319335793)

[3.7. Geração de emprego e renda](#_Toc319335794)

[3.8. Acesso À informação e comunicação](#_Toc319335795)

[3.8.1. Censo Econômico e Censo Empresarial](#_Toc319335796)

[3.8.2. Índices e Informações Econômicas](#_Toc319335797)

[3.9. Justiça](#_Toc319335798)

[3.9.1. Mediação e Arbitragem](#_Toc319335799)

[4. COMPONENTE AMBIENTAL](#_Toc319335800)

[4.1. Gestão de resíduos (LEI 12.305)](#_Toc319335801)

[4.1.1. Logística Reversa](#_Toc319335802)

[4.1.2. Abordagem da Lei Geral das MPE a Aspectos Ambientais](#_Toc319335803)

[4.1.3. Coleta seletiva](#_Toc319335804)

[4.2. Produção limpa](#_Toc319335805)

[4.3. Educação ambiental](#_Toc319335806)

[4.4. Economia fechada (desenvolvimento de fornecedores locais)](#_Toc319335807)

[4.5. LegilaçÃo municiPAl](#_Toc319335808)

[4.5.1. Plano Diretor](#_Toc319335809)

[4.5.2. Licenciamento Ambiental e Fiscalização](#_Toc319335810)

[4.6. Saneamento BÁSICO](#_Toc319335811)

[4.7. Proteção ambiEntal](#_Toc319335812)

[4.7.1. Campanhas Ambientais](#_Toc319335813)

[4.7.2. Reabilitação de Áreas Degradadas](#_Toc319335814)

[5. MODELO DE GESTÃO](#_Toc319335815)

[5.1. TEMAS REFERENCIAIS PARA A ATUAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL](#_Toc319335816)

[5.2. FORMULAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA ACE ACERCA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL](#_Toc319335817)

[5.2.1. Criação de Plataformas de Diálogo Social](#_Toc319335818)

[5.2.2. Proposição de Agenda Para o Desenvolvimento](#_Toc319335819)

[5.2.3. Identificação de Mecanismos de Financiamento do Desenvolvimento](#_Toc319335820)

[5.3. Fatores Sistêmicos de Competitividade](#_Toc319335821)

[5.3.1. Núcleos Setoriais](#_Toc319335822)

[5.3.2. Arranjos Produtivos Locais](#_Toc319335823)

[5.3.3. Clusters](#_Toc319335824)

[5.3.4. Encadeamento Produtivo](#_Toc319335825)

[5.4. processos participativos de Diagnóstico e planejamento](#_Toc319335826)

[5.4.1. Condições de Governança](#_Toc319335827)

[5.5. Modelo de gestão compartilhaDA](#_Toc319335828)

[5.6. MONITORAMENTO E Avaliação](#_Toc319335829)

[5.6.1. Indicadores do Modelo de Gestão](#_Toc319335830)

[5.6.2. IDMPE – Índice de Desenvolvimento das MPE](#_Toc319335831)

[6. CONSIDERAÇÕES FINAIS](#_Toc319335832)

[7. BIBLIOGRAFIA](#_Toc319335833)

1. INTRODUÇÃO

O tema desenvolvimento local sustentável tem assumido relevância ascendente para as ACEs. Originalmente, a preocupação era de se estabelecer um posicionamento estratégico da entidade em relação à sua capacidade de influência e de interferência política – essa atuação foi caracterizada pelo **lobby institucional**. Com a consolidação da percepção de que empresas bem-sucedidas necessitam de adequadas condições de infraestrutura, de financiamento, mercadológicas, legais e estruturais, ganhou vulto o atendimento a requisitos de natureza econômica, o que culminou com uma atuação proativa de muitas ACEs em relação à essa vertente do desenvolvimento (**desenvolvimento econômico**). Atualmente, há a convicção de que é necessário trabalhar, em relação à competitividade sistêmica, com igual contundência, os ambientes social, político, econômico e ambiental. À essa conjugação de esforços, que inclui à observância aos mais variados interesses dos atores-chave do processo de desenvolvimento (stakeholders), convencionou-se chamar **desenvolvimento local sustentável**.

##### As ACEs e seus stakeholders

Correspondem aos agentes-chave do processo de desenvolvimento local sustentável em relação às ACEs:

* **Empresas associadas** – esse é o público preferencial da ACE e que exerce maior influência nos processos decisórios e de formulação do modo de atuação da entidade. À luz da proposição de programas de desenvolvimento local sustentável, os interesses desse público devem ser conjugados com a promoção da competitividade empresarial em harmonia com os interesses dos demais públicos que se relacionam com a ACE em seu dia a dia.
* **Empresas não associadas** – como o aumento de representatividade figura entre os objetivos estratégicos das ACEs, há que se promover um esforço de atendimento aos interesses de empresas não associadas, tanto pela importância que exerçam no território de atuação da entidade quanto pela oportunidade de captação de novos associados.
* **Colaboradores** – a análise dos interesses desse público deve ser feita sob a perspectiva de construção de uma entidade que investe no aperfeiçoamento profissional de seus colaboradores, de modo a gerar oportunidades de crescimento e a assimilação de competências específicas necessárias ao cumprimento da missão institucional da ACE.
* **Poderes constituídos** – por muitas vezes, as políticas de interesse empresarial não coincidem com as políticas instituídas pelos poderes constituídos. É nesse ambiente de interesses, eventualmente, difusos que a ACE deve exercer um papel de liderança na construção de um ambiente favorável à atividade empreendedora em harmonia com questões sociais, ambientais e econômicas.
* **Organizações não governamentais** – no exercício de suas atribuições, a ACE se relaciona com uma série de entidades locais e externas a seu território de atuação que, conforme competências específicas, muito tem a contribuir para o processo de desenvolvimento local sustentável. Deve haver, nesse caso, a cautela por parte da ACE, sobre ações cuja esfera de atuação é cabível às federações ou à CACB.
* **Comunidade** – em última análise, a comunidade à volta da ACE corresponde ao público mais impactado pelas decisões que as empresas locais adotam em suas operações cotidianas. Avaliar criticamente esses impactos e buscar oportunidades de integração comunitária nos processos de desenvolvimento constitui um dos desafios da entidade na composição de um ambiente de bem-estar econômico e social.

Naturalmente, no dia adia da ACE é essencial a definição de suas interações com a federação, de modo a preservar e a fortalecer o papel de cada ente que compõe o Sistema CACB.

A CACB - Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil adota como orientação ao desenvolvimento de suas entidades filiadas três linhas estratégicas de atuação entre as quais figura a promoção do desenvolvimento local sustentável. No presente manual, esse tema será abordado à luz das seguintes dimensões estratégicas:

* **Componente econômica**
* **Componente social**
* **Componente ambiental**

A definição mais difundida de desenvolvimento sustentável se refere à capacidade de determinado arranjo social suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das gerações futuras. Corresponde a uma condição de desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro.

Essa definição surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de harmonizar três objetivos: o desenvolvimento econômico, a conservação ambiental e a promoção do bem-estar social[[1]](#footnote-1), conforme ilustra o diagrama apresentado a seguir.



A partir de então, os modelos de desenvolvimento consagrados, passaram a ser orientados pelos efeitos combinados dessas três componentes, conforme se apresenta a seguir:

##### Sustentabilidade econômica

A sustentabilidade econômica corresponde a um conjunto de medidas e politicas que visam a incorporação de preocupações e conceitos ambientais e sociais com conexões e relações de sinergia entre vários setores da atividade humana. Assim, o lucro não é somente medido em sua dimensão financeira, mas igualmente nas vertentes ambiental e social, o que potencializa um uso mais racional de recursos humanos e materiais, incluindo-se alguns de natureza intangível. Há ainda a incorporação da gestão mais eficiente dos [recursos naturais](http://pt.wikipedia.org/wiki/Recursos_naturais), sejam eles minerais, matérias-primas como a madeira e o carvão ou ainda energéticos, de forma a garantir uma [exploração sustentável](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Explora%C3%A7%C3%A3o_sustent%C3%A1vel&action=edit&redlink=1" \o "Exploração sustentável (página não existe)) desses insumos, introduzindo-se como elementos de avaliação, o [nível ótimo de poluição](http://pt.wikipedia.org/wiki/N%C3%ADvel_%C3%B3ptimo_de_polui%C3%A7%C3%A3o%22%20%5Co%20%22N%C3%ADvel%20%C3%B3ptimo%20de%20polui%C3%A7%C3%A3o) e a geração de passivos ambientais e sociais.

##### Sustentabilidade Ambiental

A sustentabilidade ambiental consiste na manutenção das funções e componentes de determinado [ecossistema](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ecossistema), de modo equilibrado, podendo-se estender-se esse conceito à capacidade que o [ambiente natural](http://pt.wikipedia.org/wiki/Meio_ambiente%22%20%5Co%20%22Meio%20ambiente) deve manter em relação as condições de vida para as pessoas e para os outros seres vivos, levando-se em conta a habitabilidade, a beleza do ambiente e a conservação de de recursos renováveis.

A Organização das [Nações Unidas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas) (ONU), referendada pelo sétimo princípio das [Metas de Desenvolvimento do Milênio](http://pt.wikipedia.org/wiki/Metas_de_desenvolvimento_do_mil%C3%A9nio), procura garantir ou melhorar a sustentabilidade ambiental, por intermédio de quatro objetivos principais:

* Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável às políticas e programas nacionais e reverter a perda de [recursos ambientais](http://pt.wikipedia.org/wiki/Recurso_natural%22%20%5Co%20%22Recurso%20natural).
* Reduzir de forma significativa a perda da [biodiversidade](http://pt.wikipedia.org/wiki/Biodiversidade%22%20%5Co%20%22Biodiversidade).
* Reduzir à metade a proporção de população sem acesso a [água potável](http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81gua_pot%C3%A1vel%22%20%5Co%20%22%C3%81gua%20pot%C3%A1vel) e [saneamento básico](http://pt.wikipedia.org/wiki/Saneamento_b%C3%A1sico).
* Alcançar, até 2020, uma melhoria significativa na redução do número de pessoas a viver abaixo do [limiar da pobreza](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Limiar_da_pobreza&action=edit&redlink=1" \o "Limiar da pobreza (página não existe))[[2]](#footnote-2).

##### Sustentabilidade social

A sustentabilidade social é um veículo de humanização da economia, e, ao mesmo tempo, melhoria da qualidade de vida da população, eqüidade na distribuição de renda e de diminuição das diferenças sociais, com participação e organização popular em fóruns decisórios da sociedade.

De forma complementar aos conceitos expostos, é necessário introduzir a discussão sobre sustentabilidade empresarial[[3]](#footnote-3) que, segundo o Termo de Referência sobre Sustentabilidade do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, pressupõe que um empreendimento seja rentável, gere resultados econômicos e ainda contribua para o desenvolvimento da sociedade. Trata-se do conceito de Triple Bottom Line (Tripé da Sustentabilidade), que determina que a empresa deve gerir suas atividades em busca não só do resultado econômico, mas também dos resultados ambiental e social. Nesta perspectiva, o bem-estar das pessoas, a preservação da natureza e os lucros estão integrados ao negócio e não podem ser dissociados. É a visão dos 3Ps – people (pessoas), planet (planeta) e profit (lucro).

As Micro e Pequenas Empresas (MPE) pela baixa complexidade organizacional e sua proximidade com o consumidor final, tem a oportunidade de rapidamente perceber as práticas sustentáveis demandadas e adotá-las como diferencial competitivo. Ser competitivo significa ser capaz de ofertar no mercado um produto com as características exigidas no momento e com o preço que o consumidor está disposto a pagar. É ter um posicionamento diferenciado para os consumidores, formadores de opinião e sociedade organizada, em relação aos seus concorrentes.

#####  Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social Empresarial

Para a CACB, há uma correlação direta entre Responsabilidade Social Empresarial (SER) e desenvolvimento sustentável. Formalmente a Responsabilidade Social Empresarial é conceituada como a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais[[4]](#footnote-4) ou ainda que a RSE corresponde a forma como uma organização se estrutura para contribuir para o desenvolvimento local sustentável.

Há uma série de vantagens para a adoção dessa estratégia de abordagem pelas ACEs, entre as quais podem ser citadas:

* Diferentemente das empresas, as ACEs são instituições sem fins lucrativos, por isso, não há restrições para que essas entidades adotem como objetivos finalísticos de sua atuação a promoção do desenvolvimento local e a adoção de princípios da RSE.
* Devido à missão institucional de uma ACE, há total autonomia para aprovação do investimento em ações de desenvolvimento local sustentável e em responsabilidade social empresarial
* As MPE tem maior chance de investimento em ações de RSE e de apoio ao desenvolvimento local quando organizadas de forma coletiva, por meio de suas entidades de representação empresarial.
* Ao adotarem ações de promoção do desenvolvimento local e de RSE, as ACEs reiteram, pelo exemplo, seu compromisso com esses temas.

Por isso, os temas sustentabilidade e responsabilidade social empresarial se correlacionam não só com a perspectiva de preservação das condições de vida no planeta, mas com a possibilidade de criação de um ambiente apropriado para a prosperidade e crescimento dos pequenos negócios, principal clientela das ACEs – Associações Comerciais e Empresariais que integram o Sistema CACB.

2. COMPONENTES ECONÔMICOS

Os componentes econômicos, em relação ao conceito de sustentabilidade, correspondem os seguintes elementos-chave de abordagem:

* Ambiente financeiro
* Infraestrutura
* Ambiente legal e político

## Ambiente Financeiro

Dois aspectos exercem singular importância na criação de adequadas condições para o desenvolvimento econômico sustentável, em relação ao ambiente financeiro:

**Instrumentos para o financiamento do desenvolvimento –** modalidade de financiamento dirigida a instituições vocacionadas na consecução e gestão de um projeto de desenvolvimento. Tais recursos financeiros devem ser orientados para a consecução de ações estruturadoras como o funcionamento do fórum de desenvolvimento local ou outro modelo de gestão compartilhada no território; o aporte de recursos para a materialização de projetos-chave; a promoção de estudos e pesquisas de caráter estratégico; o apoio ao funcionamento de agências de desenvolvimento local; o fomento à atividade empreendedora; a promoção de ações de capacitação dos atores sociais envolvidos na formulação do desenvolvimento local, a formação de redes de cooperação entre outros fatores estruturadores do desenvolvimento.

**Melhoria da oferta de crédito e financiamento –** modalidade de financiamento dirigida à atividade empresarial e ao usufruto de crédito por cidadãos. Trata-se de um importante fator de competitividade territorial, devido à drenagem habitual das economias locais pela incidência de altas taxas de juros e encargos decorrentes do uso de serviços financeiros.

A seguir serão desdobras essas duas modalidades de aporte de recursos financeiros para a promoção do desenvolvimento local:

### Fundos de Desenvolvimento local

De forma a reiterar a percepção de valor do poder público em relação a formulação de políticas permanentes de apoio ao desenvolvimento local, tem sido criados fundos de financiamento cujos recursos provêm do Poder Executivo Municipal, por meio de aprovação de lei ordinária pela Câmara Municipal.

A criação do fundo se configura como um compromisso permanente da gestão pública com o desenvolvimento local e tende a eliminar a descontinuidade de ações por absoluta indisponibilidade de recursos financeiro.

Para as entidades que integram o fórum ou outro modelo de gestão compartilhada do desenvolvimento, é necessário assegurar que o uso dos recursos do fundo obedeçam a critérios de prioridade e a rubricas específicas de aplicação. As ações prioritárias estabelecidas devem ser orientadas para a promoção e o funcionamento de elementos de caráter estruturador como, por exemplo, a agência de desenvolvimento local e a criação de um sistema permanente de atualização de informações municipais.

### Dotação Orçamentária para Projetos de Desenvolvimento

Especialmente, em relação à prefeitura local, é essencial que sejam previstos recursos específicos para o apoio a projetos de desenvolvimento, prevendo-os em dotações orçamentárias que identifiquem a origem dos recursos e a constância do fluxo financeiro. No caso da existência de uma agência de desenvolvimento local, esse aporte pode eminentemente ser dirigido à instituição, evitando-se o ‘pinga-pinga’ para o custeio de ações-chave relativas a projetos de desenvolvimento.

Embora menos percebido pelos agentes - chave da promoção do desenvolvimento como fonte de financiamento de projetos, o Poder Legislativo, por meio da Câmara de Vereadores, possui orçamento próprio que pode ser aplicado na concepção de projetos e ações de interesse público, mediante atendimento aos ritos e prioridades definidos pelo regimento do Legislativo Municipal.

### Captação de Recursos de Outras Fontes

Grandes empresas, em geral, possuem dotações próprias e sensibilidade institucional para o financiamento de projetos de desenvolvimento, especialmente, quando as condições locais de governança sinalizam para exequibilidade das ações propostas. Além da obediência a aspectos técnicos, é importante avaliar o calendário de apresentação de projetos de parceria e patrocínio que, em boa parte das vezes, é composto no ano em curso para aprovisionamento financeiro no ano subsequente.

Órgãos públicos da administração direta e indireta, paraestatais, autarquias e fundações também devem ser percebidas como fontes potenciais de apoio a projetos de desenvolvimento, salvaguardada a necessidade de uma eficiente articulação institucional para aprovação de pedidos de patrocínio e a observância a requisitos técnicos na formalização das ações de parceria.

Dotar instituições e pessoas-chave de capacitação técnica para captação de recursos financeiros é uma das alternativas para a multiplicação das competências específicas no território para o financiamento de projetos e ações de interesse estratégico.

### Sociedades de Garantia de Crédito - SCG

As Sociedades de Garantias de Crédito (SGC) são entidades de âmbito local ou regional, dotadas de recursos privados e públicos, com o objetivo de prestar garantia complementar (aval) às operações das micro e pequenas empresas associadas. Essas organizações também podem atuar na prestação de serviços correlatos ao assessoramento empresarial. As SGCs são pontes que integram as micro e pequenas empresas associadas ao Sistema Financeiro, visando a contribuir para o aumento da competitividade desse segmento econômico. Em última instância, a SGC aumenta o poder de barganha de seus associados com as instituições financeiras por melhores condições das formas de financiamento.

Nas sociedades de garantia de crédito, o tomador do crédito está comprometido com a entidade, já que é um co - participante de seus resultados. Com isso ele também se torna um "devedor moral" da comunidade em que está inserido, o que normalmente resulta em maior adimplência dos financiamentos contratados. Desse modo, as empresas têm a possibilidade de acesso a crédito com taxas de juros menores, já que o grau de risco das operações, um dos componentes formadores das taxas bancárias, é também mais baixo. O fato de a sociedade de garantia possuir informações sobre as empresas associadas contribui para a diminuição da assimetria (desigualdade) de informações existente entre bancos e empresas.

Outro diferencial dessas instituições é que enquanto os fundos garantidores, normalmente, delegam às instituições financeiras a análise, decisão, condução e a cobrança dos créditos não pagos, as sociedades, via de regra, se encarregam desse trabalho.

As Sociedades de Garantia de Crédito (SGC) são instituições que complementam as garantias exigidas de seus associados nas operações de crédito contratadas com instituições financeiras. Além disso, prestam assessoramento capaz de dar suporte técnico às operações pretendidas, reduzindo a falta de informações entre a oferta e a demanda por crédito. As garantias podem também ser dadas aos fornecedores das associadas (aval comercial) ou em processos de licitações (aval técnico).

### Cooperativas de crédito

Cooperativa de Crédito corresponde a uma associação de pessoas, que buscam, por meio da ajuda mútua, uma melhor administração de seus recursos financeiros. Trata-se de uma organização com personalidade jurídica própria sem fins lucrativos.

No Brasil, as cooperativas de crédito são equiparadas às instituições financeiras (Lei 4.595/64) e seu funcionamento deve ser autorizado e regulado pelo Banco Central. O cooperativismo possui também legislação própria e é regulado pela Lei 5.764/71 e pela [Lei Complementar 130/2009](http://www.cooperativismodecredito.com.br/LeiComplementarCooperativasCredito130-2009.html). Seus administradores podem responder por ‘Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional’ (Lei 7.492), em caso de má gestão ou gestão temerária de instituição financeira.

O objetivo de uma cooperativa de crédito é prestar assistência creditícia e a prestação de serviços de natureza bancária a seus associados com condições mais favoráveis. Trata-se de uma instituição de crédito organizada sob forma de sociedade cooperativa, mantida pelos próprios cooperados, que exercem ao mesmo tempo o papel de donos e usuários. As cooperativas de crédito são eficientes para o fortalecimento da economia, a democratização do crédito e a desconcentração de renda.

Em uma Cooperativa todas as operações feitas pelos associados (empréstimos, aplicações, depósitos e outras) são revertidas em seu benefício através de preços justos. Os recursos aplicados ficam na própria comunidade, o que contribui para o desenvolvimento das localidades em que está inserida.

Sendo integrada por no mínimo 20 pessoas, uma cooperativa é uma empresa de dupla natureza que contempla o lado econômico e o social de seus associados. O cooperado é ao mesmo tempo dono e usuário da cooperativa. Enquanto dono, ele administra a empresa, e enquanto usuário ele utiliza os seus serviços.

### Microfinanças

 “Um sistema de microfinanças pode prover os cidadãos de diversos serviços financeiros, dentre os quais empréstimos, poupança e seguros”. (CALDAS 2003:3) Assim, a expressão Microfinanças significa o fornecimento de empréstimos, poupanças e outros serviços financeiros especializados para pessoas carentes.

A questão do acesso de populações de baixa renda a serviços financeiros tem sido tema de destacada importância nos meios acadêmicos e no debate sobre políticas públicas, nos últimos anos. Prova disso é a instituição, pela Organizações das Nações Unidas (ONU), do Ano Internacional do Microcrédito 2005 e a escolha do senhor Muhammad Yunus, fundador do Grameen Bank, de Bangladesh, como Nobel da Paz. (SOARES 2007:4).

Embora existam iniciativas históricas que possam ser enquadradas dentro das microfinanças, sua fase moderna se iniciou apenas nos anos 1970, mediante atuação de organizações não Governamentais (ONGs) especializadas e alguns poucos bancos. Estas iniciativas se baseavam em empréstimos pequenos sem garantias, taxas de juros de mercado, negócios de curtíssimo prazo e uso de agentes de crédito para ir aos clientes (SOARES 2007:14).

Os principais produtos das microfinanças são os de [microcrédito](http://pt.wikipedia.org/wiki/Microcr%C3%A9dito%22%20%5Co%20%22Microcr%C3%A9dito) (baseados em empréstimos flexíveis), as [micropoupanças](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Micropoupan%C3%A7a&action=edit&redlink=1" \o "Micropoupança (página não existe)) (de curto, médio e longo prazo), os [microsseguros](http://pt.wikipedia.org/wiki/Microsseguro%22%20%5Co%20%22Microsseguro) (particularmente de vida e saúde), além de outros, como transferências de valores e investimento financeiro.

No Brasil essas instituições estão associadas à concessão de financiamento a taxas mais acessíveis que aquelas praticadas pelo agentes financeiros tradicionais. Também é usual haver flexibilização quanto à exigências de garantias reais e de requisitos cadastrais para obetenção de empréstimos.

### Outros mecanismos para melhoria da oferta de crédito

Além dos mecanismos citados, há instrumentos acessórios que atuam na melhoria da oferta de crédito:

#### Garantias solidárias

Garantias solidárias correspondem a um mecanismo de aval a operações de crédito em que um grupo de tomadores se consorcia para oferecer garantias recíprocas de pagamento das operações de crédito contratadas. Caso um dos tomadores fique inadimplente, os demais integrantes da rede devem assumir, por meio de rateio, o pagamento da(s) parcela(s) e encargos pendentes. Esse mecanismo de garantia tende a permitir que as instituições financeiras procedam a concessão do crédito a taxas mais chamativas que as habituais, uma vez que o risco de inadimplência, em geral, é minimizado de forma sensível em relação às operações contratadas.

#### Fundos de aval[[5]](#footnote-5)

Mecanismo utilizado para concessão de garantias complementares à contratação de operações de crédito para financiamento de investimentos pelas empresas junto às instituições financeiras.

Os fundos de aval podem ser formados com recursos de entidades públicas e privadas, que fomentam o desenvolvimento de micro e pequenas empresas que têm dificuldades no acesso ao crédito, em função de não possuírem garantias suficientes à contratação de operações de crédito.

A garantia é concedida por meio de aval, formalizada pelo fundo, e avaliza uma parte do financiamento. Caso a empresa que tomou o crédito se torne inadimplente, o fundo honrará a parte do financiamento garantida junto à instituição financeira e passará a ser o novo credor.

Os Fundos de Aval são operados, na maioria das vezes, diretamente pelas instituições financeiras que, por procuração concedida pelo fundo, avalizam as operações. Possuem regras, devendo o aval ser somente concedido a empresas com crédito devidamente aprovado pelas instituições financeiras e que por ventura não tenham garantias suficientes para a contratação do crédito.

A seguir enumeram-se alguns dos fundos de aval em operação no país:

* FAMPE – Fundo de Aval das Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte
* FUNPROGER – Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda
* FGPC/BNDES – Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade

#### Moedas Sociais e Bancos Comunitários

Moeda Social Local Circulante, também chamada de circulante local, é uma moeda, complementar ao Real (Moeda Nacional R$), criada por um Banco Comunitário. O circulante local objetiva fazer com que o “dinheiro” circule na própria comunidade, de modo a dinamizar a economia local, aumentar a riqueza circulante na comunidade e apoiar a geração de trabalho e renda.   Desta forma, a moeda social torna-se componente essencial nas estratégias dos bancos comunitários. Os créditos em “reais” podem ajudar no crescimento econômico do bairro ou município gerando novas riquezas. Mas são as moedas sociais que asseguram o desenvolvimento ao favorecer que essa riqueza gerada circule na própria comunidade[[6]](#footnote-6).

##### Bancos Comunitários

São instituições que prestam serviços financeiros, de caráter solidário, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para reorganização das economias locais, na perspectiva da geração de trabalho e renda, tendo-se por base os princípios da Economia Solidária[[7]](#footnote-7).

#### Bancos de fomento

Bancos de fomento são instituições financeiras concebidas com o propósito de melhoria da oferta de crédito, predominantemente, à atividade produtiva, mediante incidência de juros, taxas e encargos ditos de fomento, ou seja, mais acessíveis que aqueles praticados pelas instituições financeiras tradicionais. Em geral essas instituições vinculam-se a governos nos planos federal e estadual. A seguir apresentam-se alguns dos bancos de fomento em operação no Brasil:

* BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
* BNB – Banco do Nordeste do Brasil
* BASA – Banco da Amazônia
* BDMG – Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais
* BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina

Como elementos de apoio à atividade empreendedora, os bancos de fomento desempenham um papel relevante na melhoria da oferta de crédito e no aperfeiçoamento gerencial dos empreendimentos financiados, pois, em muitas das vezes, é solicitada, ao tomador do crédito, a apresentação de um plano de negócios que estimule o empreendedor a estabelecer elementos críticos de avaliação do negócio e de seu potencial de êxito.

## Infraestrutura

Um dos fatores de maior relevância para a atração de projetos de investimento e para a promoção do bem-estar social e econômico, refere-se à capacidade de determinado território prover a infraestrutura necessária ao seu desenvolvimento.

A ACE, dentro de suas atribuições e competências, deve induzir discussões e projetos para o aporte de infraestrutura municipal, bem como fomentar e apoiar a conformação e a atualização de informações alusivas às condições infraestruturais locais. Em geral, esse conjunto de informações consta do diagnóstico municipal, cuja atualização deve ser periódica. A atuação em conselhos municipais temáticos tende a reforçar a capacidade de influência da ACE na formulação de políticas perenes e estruturadoras do desenvolvimento local.

###

### Infraestrutura Viária

À infraestrutura viária, correspondem os conjuntos constituídos por rodovias, ferrovias, hidrovias, terminais rodoviários, portos, aeroportos seus modais de transporte e complexos logísticos, bem como rodovias vicinais e aparelhos urbanos vinculados ao tráfego de pessoas e cargas, incluindo-se os sistemas públicos de transporte num determinado território.

Uma adequada infraestrutura viária representa mobilidade urbana que, em última análise pode ser relacionada à qualidade de vida e conforto social e, portanto, como fator decisivo na definição de projetos de investimento. Trata-se de um recurso estratégico a ser planejado e orientado para a criação de condições de competitividade.

O visível aumento da frota de veículos no país, tanto em grandes quanto em pequenos centros urbanos, tem condições precárias de tráfego e mobilidade urbana. Para as ACEs, a estrutura viária pode ainda ser um elemento de compressão do crescimento local e da restrição ao ir e vir das pessoas com consequências sobre o movimento nos estabelecimentos comerciais locais.

Participar do Conselho Municipal de Transportes pode representar a oportunidade de intervir nas políticas públicas que orientam o planejamento, priorização, execução e fiscalização de projetos viários e de infraestrutura urbana.

###

### Infraestrutura Tecnológica

A infraestrutura tecnológica de determinado território pode ser expressa pelos seguintes elementos:

* Presença de instituições de pesquisa
* Acervo tecnológico privado
* Incubadoras de base tecnológica

Indicadores de desenvolvimento humano relacionados à educação podem evidenciar aspectos concernentes ao capital intelectual existente com reflexos sobre o potencial de desenvolvimento tecnológico local.

Municípios que contam com universidades e centros universitários devem pleitear dessas instituições a realização de projetos de Extensão Universitária. Tais projetos referem-se à obrigação de se desenvolverem entre instituições de ensino superior e a comunidade, projetos de interesse comum. Por isso, cabe à ACE o papel de articuladora, por exemplo, em relação a uma universidade que oferece o curso de Ciência da Computação, de ações que levem à população de baixa renda ao acesso à educação digital ou no curso de Engenharia Civil, à proposição de projeto sobre contenção de encostas.

Empresas *juniors* configuram-se como boas oportunidades de formalização de projetos de parcerias, pois estas iniciativas tendem a aproveitar competências de estudantes universitários em temas técnicos de interesse da comunidade, da ACE e dos próprio público acadêmico.

###

### Energia

No mundo inteiro, como fator de competitividade, a matriz energética regional deve levar em conta não só a disponibilidade de energia, mas elementos como a infraestrutura de geração e distribuição desse recurso. Aumentos desmedidos de consumo podem sinalizar para dificuldades de suprimento de demandas, especialmente, em relação a um quadro de escassez de recursos energéticos e alta de preços. Para determinado território, dispor de adequada infraestrutura de energia pode representar maior atratividade a investimentos, bem como o alicerce necessário ao desenvolvimento econômico local.

Aspectos como uso de energias renováveis e ações relativas à utilização racional desses recursos devem ser fomentadas pela ACE, de modo a orientar comportamentos sustentáveis e uma melhor percepção de competitividade acerca do território em análise.

Em relação à componente ambiental do desenvolvimento econômico local, esse tema será abordado com maior ênfase.

### Comunicação

As duas últimas décadas foram marcadas pela forte expansão da dependência tecnológica de sistemas de comunicação como fator de desenvolvimento. Boa parte da informação trafega por elementos de infraestrutura considerados contemporâneos, até então não presentes em centros urbanos e na vida das pessoas entre os quais há meios físicos de transmissão de dados: cabos convencionais e cabos de fibra ótica e meios virtuais: transmissões por ondas de rádio e por satélites.

Eventuais déficits de infraestrutura podem ser inibitórios da promoção de negócios e da atração de novos projetos de investimento para determinadas localidades.

Em algumas localidades do país, tem sido adotada como estratégia para a democratização do acesso à informação, a colocação de antenas para o acesso público à Web. Algumas ACEs também desenvolvem ações relativas à inclusão digital da comunidade, por meio da criação de laboratórios de informática utilizados em ações de capacitação, por muitas vezes constituídos por equipamentos doados por empresas e cidadãos.

### Zonas Industriais

A criação de zonas ou parques industriais como elemento de política pública pode trazer como consequências a concentração territorial de empreendimentos afins ou que registram demandas complementares por mão – de - obra qualificada, desenvolvimento de fornecedores, logística, infraestrutura e desenvolvimento técnico e tecnológico. Ao longo prazo, essas afinidades podem ser traduzir na consecução de aglomerações produtivas de significativa importância para as localidades em que essas encontrem-se instaladas.

Em muitos municípios brasileiros ainda prevalece a associação entre chaminés e desenvolvimento econômico. Essa percepção distorcida, por muitas vezes, produz uma leitura inadequada das reais potencialidades regionais, entre as quais podem ser citadas os setores de serviços, tecnologia, saúde e o turismo, como fatores de promoção do desenvolvimento.

 As lideranças empresariais que integram a ACE devem atuar na articulação com os poderes constituídos e com outras instituições vocacionadas para a criação de condições de competitividade territorial. Possíveis ações de natureza setorial como a criação de núcleos devem ser avaliadas de modo a estabelecer o aproveitamento das competências específicas da ACE no apoio a empresas individual e coletivamente, bem como no contexto do desenvolvimento de arranjos produtivos locais, caso aplicável.

###

### Agentes de Fomento

Aos agentes de fomento correspondem instituições financeiras, de âmbito local, que operam com pacotes de serviços ou linhas de financiamento a taxas e condições bem mais chamativas que aquelas praticadas pelos agentes financeiros tradicionais. Instituições de fomento tem como missão o apoio ao aumento da competitividade empresarial e o

 incentivo à atividade empreendedora, por meio da melhoria da oferta de crédito, sobretudo, o crédito produtivo, portanto de apoio ao financiamento da produção.

 A Lei Geral das MPE prevê que as prefeituras tem autonomia para a proposição e criação de mecanismos de fomento da atividade econômica local, incluindo-se a criação de fundos para o financiamento da atividade empreendedora. A ACE, mediante levantamento das demandas locais por crédito, deve se mobilizar para proposição da criação de fundos municipais de apoio ao desenvolvimento da atividade empreendedora.

Os agentes de fomento de âmbito local, em geral, apoiam o desenvolvimento de micronegócios, em especial, do Empreendedor Individual e de novos empreendimentos, mediante composição de plano de negócios e de algum modelo de acompanhamento dos recursos investidos. Eventualmente são realizadas operações de financiamento de empreendimentos coletivos ou que envolvam modelos solidários de aval ao pagamento dos recursos contraídos.

### Agência de Desenvolvimento

Agências de desenvolvimento são sociedades com personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos que visam a integração entre empresas, sociedade civil, organismos governamentais em prol da criação do ambiente favorável ao desenvolvimento local. Figuram habitualmente entre as ações-chave de uma agência de desenvolvimento:

* Gestão do programa de desenvolvimento local de forma compartilhada com outras instituições locais
* Apoio à formação empreendedora
* Reunião de informações municipais
* Apoio ao aporte de infraestruturas
* Programas de formação e qualificação profissional (emprego e renda)
* Programas de inserção social

As ACEs, em relação às agências de desenvolvimento, podem, tanto assumir o papel de apoiadoras da iniciativa quanto exercer a função de gestoras diretas, por meio de uma atitude de liderança na concepção e funcionamento da instituição. Ainda assim, é necessário que se tenha a precaução de que a agência seja representativa dos interesses dos vários atores que a integram e autônoma em suas decisões e proposições.

O Brasil conta com um número superior a 400 agências de desenvolvimento, muitas delas com sérias dificuldades de financiamento e até mesmo de definição de um foco de atuação. A experiência expressa por agências bem-sucedidas demonstra que essas iniciativas tem como sustentáculos a criação de um modelo inicial de financiamento das ações, a proposição de um instrumento de gestão compartilhada e a criação de competências específicas para que a agência se torne eficiente na elaboração e gestão de projetos.

Como elemento de gestão e do cumprimento do papel institucional da agência, é essencial mensurar o impacto de sua composição nos indicadores de desenvolvimento sustentável em sua região de atuação.

#### Agência de Desenvolvimento Regional

Uma Agência de Desenvolvimento Regional (ADR) é uma plataforma técnico-institucional de caráter eminentemente operativo que executa a identificação de projetos de desenvolvimento setorial ou global, seleciona oportunidades, fomentando ações que venham otimizar soluções inovadoras para a promoção do desenvolvimento de determinado território.

A principal característica de uma ADR é sua posição de vigilante sobre uma dada região. Para que isso aconteça a agência tem que estar inserida na vida econômica, social e cultural da região, ou seja, deverá ter a função de um observatório que necessita de:

* Compreensão das demandas e potenciais de uma dada área geográfica;
* Forte habilidade de trabalhar com as estruturas econômicas, culturais, sociais e políticas já existentes na região;
* Padrão de intervenção realmente concreto e operacional, de modo que o trabalho possa ser reconhecido como útil e importante econômica e socialmente, pelo estímulo à criação de novos empregos, novas oportunidades de negócios e utilização de novas tecnologias sociais para a promoção do desenvolvimento.

Atualmente, a opção pela composição de agências de desenvolvimento de amplitude regional tem ganho ressonância, devido ao acréscimo de poder de barganha de determinado território na composição de alianças estratégicas para o desenvolvimento sustentável. A ACE deve levar em consideração as afinidades para proposição de um projeto de natureza regional e a complexidade existente em torno da conciliação de interesses de um número ampliado de parceiros, instituições e projetos.

### Centro de Convenções

Centros de convenções constituem importantes aparelhos para atração de eventos e para a dinamização econômica local. No país, algumas associações empresariais, figuram entre articuladoras da composição desses aparelhos e, em alguns casos, são as grandes provedoras e beneficiárias econômicas de seu funcionamento.

Para o desenvolvimento local, sempre haverá a necessidade de provimento desse tipo de infraestrutura, por isso a existência de espaços para convenções deve ser encarada como fator de competitividade territorial e como uma tema de interesse estratégico da ACE.

### Incubadoras

As incubadoras de empresas são ambientes dotados de capacidade técnica, gerencial, administrativa e infra-estrutura para amparar o pequeno empreendedor. Elas disponibilizam espaço apropriado e condições efetivas para abrigar ideias inovadoras e transformá-las em empreendimentos de sucesso. Há distinção entre incubadoras convencionais e incubadoras de base tecnológica, conforme descrito a seguir:

#### Incubadoras de Empresas

Nessa modalidade de incubação de empresas, diferentes ramos de negócios, em fase inicial de implantação, compartilham recursos infraestruturais e administrativos, com isso há uma razoável diminuição de custos operacionais e financeiros. Em geral, é permitido aos empreendimentos participantes o abrigo da incubadora pelo prazo máximo de 02 anos de permanência. A partir de então, a empresa deve ceder suas instalações a uma nova iniciativa de negócios a ser apoiada.

Eventualmente, são concedidas isenções fiscais ou condições diferenciadas ao empreendimentos participantes no período de integração à incubadora.

#### Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica

Incubadoras de empresas de base tecnológica caracterizam-se por agrupar empreendimentos responsáveis por algum tipo de inovação em produtos, processos, componentes ou acessórios. Além do compartilhamento de infraestruturas e de custos administrativos, são criadas conexões com centros de pesquisa ou parques tecnológicos de modo a oferecer subsídios adicionais ao funcionamento desses empreendimentos. O prazo de incubação pode ser mais dilatado que nas incubadoras convencionais, devido ao tempo inerente à pesquisa tecnológica e ao teste de protótipos e produtos ser, em geral, mais expressivo que em relação a empresas tradicionais.

##### Parques tecnológicos

Os parques tecnológicos são um modelo de concentração, conexão, organização, articulação, implantação e promoção de empreendimentos inovadores visando fortalecer este segmento dentro de uma perspectiva de globalização e desenvolvimento sustentável. No Brasil, existem aproximadamente 75 (distribuídos em operação, implantação e planejamento).[[8]](#footnote-8)

##### Incubadoras Mistas e Incubadoras Sociais

Incubadoras mistas abrigam empresas de base tecnológica e dos setores tradicionais. Existem também as chamadas incubadoras sociais – responsáveis por apoio a programas e projetos sociais; e as incubadoras culturais – que apóiam programas culturais como grupos de teatro, canto, dança e similares.

Infelizmente o modelo mais moderno de incubadora de empresas é pouco difundido no Brasil. Em países como os EUA e Coréia do Sul, as incubadoras de empresas são orientadas pelo apoio a competências que um empreendedor ou grupo de empreendedores reúne. Assim, essas competências são aproveitadas ao máximo para que se ofereça origem a novos produtos e serviços. A tentativa é de que se reúnam talentos, aptidões e apoio técnico e tecnológico para que esses empreendedores atuem de forma inventiva em soluções inovadoras. Se, em meio ao teste de um protótipo, os resultados são insatisfatórios, pode-se iniciar um novo projeto ou até mesmo reorientar todo o negócio, o que é incomum no Brasil, pois as incubadoras atuam de uma forma relativamente rígida em relação a esse processo de experimentação. A ACE não só deve ser indutora da proposição de incubadoras, bem como das discussões necessárias à concepção de um novo modelo de funcionamento para essas estruturas de apoio ao desenvolvimento local.

## AMBIENTE LEGAL E POLÍTICO

A seguir são apresentados elementos de importância estratégica para atuação das lideranças empresariais nos processos de formulação, articulação e exercício do controle social sobre os poderes constituídos no plano municipal.

### Lei Orgânica Municipal

A Lei Orgânica é o correspondente, na esfera municipal, às constituições federal e estadual. Portanto, referenda o conjunto de princípios que regulam a vida em sociedade de munícipes, empresas e instituições. Este instrumento legal não pode se sobrepor às constituições Federal e Estadual e nem às leis federais e estaduais. Cada município, de acordo com suas necessidades e peculiaridades, tem autonomia para criar a sua própria Lei Orgânica. O prefeito é quem se encarrega de fazer cumpri-la, mediante ação fiscalizadora da Câmara de Vereadores.

Cada Lei Orgânica, de cada município, deve prever o quorum necessário para sua modificação. A Constituição Federal determina quorum mínimo de 3/5 para sua alteração, mas, de uma maneira geral, o quorum proposto nos municípios é de pelo menos 2/3 dos seus vereadores para aprovação de alterações.

### Plano Diretor

O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento do Município. Sua principal finalidade é orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção dos espaços urbano e rural na oferta dos serviços públicos essenciais, visando assegurar melhores condições de vida para a população.

Por exigência constitucional, para municípios com mais de 20.000 habitantes, o plano objetiva uma melhor qualidade de vida para todos. O plano diretor deve ser composto por iniciativa do Poder Executivo Municipal em comunhão com interesse comunitários, diante de seus mais diversos atores e sociais para, posteriormente, ser submetido à avaliação dos vereadores e transformado em lei pelo Poder Legislativo Municipal.

É essencial que o Plano diretor proponha meios para garantir e incentivar a participação popular na gestão do município e discorra sobre:

* diretrizes e instrumentos para que os investimentos em saneamento, transporte coletivo, saúde, educação, equipamentos urbanos e habitação popular sejam adequadamente distribuídos e beneficiem toda a população;
* rumos para um desenvolvimento local economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente equilibrado;
* soluções para a melhoria da qualidade da gestão pública local, tornando-a mais apta a utilizar os recursos públicos e a prestar melhores serviços à população;
* diretrizes para proteger o meio ambiente, os mananciais, as áreas verdes e o patrimônio histórico local.

A ACE deve liderar uma amplo processo de discussão sobre a concepção do Plano Diretor pois fatores condicionantes do desenvolvimento local e do apoio à atividade empreendedora constam desse documento que tem como característica orientar o planejamento do município ao médio e longo prazos.

### Códigos Municipais

Dentro das atribuições constitucionais dos entes federativos, é reservado aos municípios a competência complementar em algumas matérias como, por exemplo, em relação ao meio ambiente, e competência exclusiva em relação a tributos municipais, uso e ocupação do solo, funcionalismo público municipal, obras e edificações entre outros temas afins.

Os códigos municipais correspondem a leis municipais agrupadas por temas de interesse, com o propósito de se estabelecer a adequada regulação da atividade empreendedora e da vida em sociedade no município.

Os códigos são compilados de leis e normalmente são utilizados para agrupar a legislação que se encontra "espalhada" sobre determinado tema. Quanto maior e mais complexo o município, mais códigos ele deve possuir. Os principais são: Código Tributário: originário de leis municipais referentes a tributos,  impostos, taxas e contribuições; Código Sanitário, Código de Posturas, Código de Uso e Ocupação do Solo e Código de Edificações. Vale lembrar que o código em si é apenas uma abstração, o seu conteúdo será sempre uma lei ou várias leis.

O grande número e diversidade de códigos refere-se à autonomia municipal de propor estes instrumentos normativos, mas os limites de legislar são os mesmos. Há matérias de natureza privativa da União e dos Estados. Aos municípios, sobram poucos temas a legislar, mesmo assim, podem ser registradas profundas diferenças entre legislações municipais.

#### Código de Posturas

O código de posturas é o mais comum nos municípios brasileiros e requer especial atenção pela atividade empreendedora por interferir em uma série de questões que influenciam a abertura e funcionamento de diversos estabelecimentos em obediência ao princípio de que o interesse individual não deva prevalecer sobre o coletivo. Seu escopo de atuação se estende aos cidadãos e à definição de questões de interesse local, notadamente aquelas referentes ao uso dos espaços públicos, ao funcionamento de estabelecimentos, à higiene e ao sossego público. Trata-se de um instrumentos complementar ao plano diretor.

#### Demais Códigos Municipais

De acordo com a complexidade do município, o interesse público e da ação regulatória exercida pelos poderes constituídos, podem ser propostas leis municipais traduzidas pelos seguintes códigos:

* Tributário
* Obras e Edificações
* Parcelamento do Solo
* Vigilância Sanitária
* Meio Ambiente

Cada município reúne autonomia para a proposição de tantos códigos quanto pertinente, obedecido o preceito de que uma lei municipal não poderá contrariar os textos constitucionais nas esferas estadual e federal.

### Leis Orçamentárias Municipais

A compreensão sobre a dinâmica de composição do orçamento municipal é de natureza estratégica para o adequado papel de interferência de lideranças empresariais nos processos legislativo e executivo locais. A priori, as seguintes questões requerem atenção especial quanto a esse tema:

* LDO – Lei de diretrizes Orçamentárias
* LOA – Lei Orçamentária Anual

A LDO e a LOA são leis ordinárias, apresentadas pelo Executivo ao Legislativo para aprovação (de maneira geral) em 2 turnos na Câmara Municipal. Anteriormente à apreciação do plenário, os projetos de lei são encaminhados para comissões permanentes ou especiais das casas legislativas. Somente após parecer e voto das comissões é que a proposta de lei segue para plenário para votação.

O conhecimento específico das leis orçamentárias municipais pode contribuir para que a ACE se articule em relação a projetos de interesse e que exerça um papel de controle social sobre o uso do dinheiro público.

### Lei Geral da MPE

A Lei Complementar Nº 123 de 14 de Dezembro de 2006 que institui tratamento diferenciado às pequenas empresas do Brasil é popularmente conhecida com Lei Geral da MPE. Compreende elementos obrigatórios e facultativos, devendo-se, portanto, promover a regulamentação da lei na esfera municipal. Em 2009, a Lei Geral foi alterada pelas leis complementares 127 e 128.

A Lei Geral da MPE, no plano municipal, corresponde ao Estatuto Municipal das MPE, que disciplina aspectos relativos à atividade empreendedora no município compreendida pelo Empreendedor Individual e pelas MPE. Por ter assumido status de lei, seu aperfeiçoamento pode assumir caráter continuado, de modo a refletir interesses e prioridades para a criação do ambiente favorável á dinamização econômica local.

A maioria dos artigos da Lei Geral já está em vigor em todos os estados e municípios do Brasil. Mas alguns dispositivos da lei dependem de regulamentação no plano municipal.

#### Estrutura da LG (Capítulos)

|  |
| --- |
| **CAPÍTULOS** |
| 1. Das disposições preliminares  |
| 2. Da definição de microempresa e empresa de pequeno porte  |
| 3. Da inscrição e baixa  |
| 4. Dos tributos e das contribuições  |
| 5. Do acesso aos mercados  |
| 6. Da simplificação das relações de trabalho  |
| 7. Da fiscalização orientadora  |
| 8. Do associativismo  |
| 9. Do estímulo ao crédito e à capitalização  |
| 10.Do estímulo à inovação  |
| 11.Das regras civis e empresariais  |
| 12.Do acesso à justiça  |
| 13.Do apoio e da representação  |
| 14. Das disposições finais e transitórias (entre as quais figura a criação do Agente de Desenvolvimento)  |

##### O que é obrigatório na LG

A rigor, a regulamentação obrigatória é relativamente pequena e pode ser feita exclusivamente por decreto:

* Sistema unificado de abertura de empresas, incluindo a definição do que são atividades de alto risco e o alvará provisório
* Tratamento diferenciado nas compras municipais, sendo que parte relativa aos pregões já é aplicável
* Sistema unificado de abertura com o alvará provisório;
* Tratamento diferenciado nas compras
* Visita dupla na fiscalização
* Rotinas de atendimento ao EI – Empreendedor Individual
* Instituição da figura do Agente de Desenvolvimento Local

A regulamentação da LGM por decreto, embora admissível, não é recomendável em decorrência de um decreto municipal ser passível de revogação ou alteração por ato do Poder Executivo. Já a provação de uma lei municipal, implica, em caso de alteração, na avaliação e anuência do Poder Legislativo, tornando, portanto, essa segunda alternativa dotada de maior segurança jurídica e estabilidade ao longo do tempo.

Não há, até então, lei específica para punição dos gestores públicos que não implementarem a LG, por isso a questão se enquadra no crime de responsabilidade. Todos os prazos previstos para a regulamentação da LGM encontram-se vencidos.

##### Criação do Conselho das MPE

A criação do Conselho Municipal da MPE é uma decorrência da implementação da Lei Geral Municipal, mas é importante que se entenda quais os mecanismos de criação do conselho, sua constituição e, principalmente, sua forma de atuação.

O conselho deve desempenhar o papel de personalizar a implementação da LGM e zelar pela adequada aplicação do tratamento diferenciado a ser dirigido a MPE em relação às potencialidades locais ou fatores de restrição à dinamização econômica municipal.

Além da estrutura do Conselho é importante definir agenda, pauta e rotinas a este associados, a fim de que a iniciativa não siga o caminho corriqueiro de vários conselhos que são instituídos, mas que não produzem resultados práticos para a sociedade.

##### Implementação da figura do agente de desenvolvimento local

A Lei Complementar 128 institui a criação da figura do agente de desenvolvimento municipal, que deverá atuar na implementação da Lei Geral e de outros projetos de desenvolvimento local e territorial. Este profissional deverá integrar os quadros da prefeitura e vincular-se a uma das secretariais municipais, cuja atribuição seja a promoção de desenvolvimento local. Embora de natureza obrigatória a regulamentação da atividade do agente de desenvolvimento, seu papel tem sido pouco efetivo em vários municípios cuja institucionalização já ocorreu.

Em caráter facultativo, a prefeiturapoderá apoiar e participar de iniciativas como:

* Capacitação continuada do agente de desenvolvimento;
* Montagem de infraestrutura adequada para a atuação do agente de desenvolvimento;
* Criação e/ou participação em redes regionais e nacionais de agentes de desenvolvimento.

Para as ACEs, a institucionalização do agente de desenvolvimento pode representar oportunidades de atuação de forma sinérgica com o poder executivo local, não só pelo apoio à regulamentação da LGM, mas pela identificação de pautas e temas de interesse para abordagem em prol do desenvolvimento do ambiente de negócios.

### Regulação de Mercado

Embora a Lei Geral das MPE e os demais instrumentos legislativos apresentados nos tópicos anteriores reproduzam boa parte dos elementos necessários à criação do ambiente favorável à atividade empreendedora, há temas de relevância estratégica que devem ser abordados à parte e integrados às propostas de políticas públicas de interesse empresarial:

#### Direito Concorrencial

A presença de feiras clandestinas ou mesmo a existência de camelódromos é algo que por muitas vezes se incorpora à paisagem urbana sem que empresários e sociedade se mobilizem contra a manutenção de condições de desigualdade de concorrência no município. É possível, por meio da proposição de legislação adequada, inibir e regular o funcionamento desses negócios sem que se produza um modelo de concorrência desleal no município.

Farmácias, óticas, supermercados e lojas de materiais para construção podem seguir caminho semelhante àquele percorrido por lojas de eletrodomésticos, ou seja, a quase que completa extinção de pequenas empresas desses ramos, devido à atuação agressiva de grandes cadeias do varejo em quase todo o Território Nacional.

A atuação proativa da ACE em prol dos pequenos negócios pode motivar a criação de legislações que, por exemplo impeçam a instalação de grandes supermercados em determinado município. Essa ação, embora de caráter pouco popular visa à preservação do ambiente favorável ao desenvolvimento da atividade empreendedora local. A título de exemplo, a legislação francesa veda que os gigantes do varejo se instalem no interior daquele país.

Ações como a regulação de feiras itinerantes e a obstrução da instalação de grandes cadeias do varejo são alguns exemplos da aplicação do Direito Concorrencial no plano municipal.

### Controle Social dos Poderes Constituídos

Tem sido corriqueira a indignação da sociedade a ações inescrupulosas de legisladores e gestores públicos, mas como uma ACE pode agir de forma proativa para reversão desse quadro?

A seguir são enumeradas alguns dispositivos e ações alinhadas com as vocações e competências de uma ACE, em articulação com outras entidades, para o exercício do controle social dos poderes constituídos:

#### Observatório Social

O Observatório Social é uma instituição formada por representantes das mais diversas forças organizadas no município ou região e tem como missão aproximar a comunidade dos atos administrativos, principalmente no que se refere à aplicação do dinheiro público.

É um agente de mudanças e de valorização da ética e da responsabilidade. Num observatório social, são publicadas informações alusivas, por exemplo a:

* Indicadores sócio - econômicos locais
* Prestações de contas de governos
* Posicionamento político de instituições, poderes constituídos e figuras públicas sobre temas de interesse social
* Pautas e temas em discussão nos poderes constituídos
* Licitações públicas
* Referências de sucesso em programas e projetos de interesse da sociedade

Trata-se de uma importante estratégia de tornar público o dia a dia das instituições-chave envolvidas no desenvolvimento local, bem como os principais indicadores de gestão dos poderes constituídos, de modo a instituir maio controle da sociedade nos processos de formulação de políticas públicas e na utilização dos recursos públicos em prol do bem-estar social.

#### Participação em Processos Legislativos

Um dos mecanismos de atuação de lideranças empresariais em relação aos poderes constituídos, refere-se ao entendimento da forma como são compostas as leis no município.

Há uma hierarquia de documentos na esfera municipal e de ritos que cercam a confecção desses instrumentos legislativos, conforme descrição feita a seguir:

Projeto de Lei – instrumento que altera a Lei Orgânica do Município ou a constituição no caso de estados e da federação. Carece da aprovação de 2/3 dos parlamentares para modificação. Habitualmente um projeto de lei é apresentado pelo Executivo ao Legislativo para deliberação. Anteriormente havia apenas um modelo geral de Lei Orgânica para os municípios, mas, atualmente, cada município deve implementar seu próprio modelo em observância ao interesse público e às características sócio-econômicas locais.

Lei ordinária – atualmente as leis ordinárias são aprovadas mediante acordos de liderança partidária, o que por muitas vezes restringe as discussões sobre o teor da lei a um pequeno número de parlamentares.

Lei complementar – refere-se a uma lei que regulamente matéria de natureza complementar a uma lei pré-existente. Carece de maioria simples para aprovação.

#### Fiscalização dos Poderes Constituídos

A seguir apresentam-se alguns instrumentos para atuação da sociedade civil na fiscalização dos poderes constituídos:

* Audiências públicas – as audiências públicas representam instrumentos utilizados pelo Poder Legislativo para o exercício de consulta popular sobre temas de variada natureza. As audiências podem ser motivadas ou provocadas por meio de mobilização da sociedade civil.
* Regimento Interno da Câmara Legislativa Municipal – enquanto o Poder Executivo tem sua atuação prevalentemente regulada pela Lei Orgânica Municipal, os meios para interferência da sociedade civil organizada no funcionamento do Poder Legislativo estão, de forma geral, descritos no Regimento alusivo àquela Casa. O Regimento Interno é que torna possível, por exemplo, pleitear a participação em reuniões ordinárias da Câmara Municipal, instituir mecanismos e rotinas de fiscalização do uso do dinheiro público; propor, regulamentar, alterar e revogar leis municipais; estabelecer prioridade acerca de projetos de interesse público; instituir comissões para estudos técnicos e pareceres entre outros ritos que cercam o dia a dia do legislador.

Para uma liderança empresarial é essencial desvelar os meandros que norteiam a regulação e funcionamento dos poderes constituídos, pois é a partir desse conhecimento que uma instituição potencializa sua capacidade de interferência e participação em processos de implementação de políticas públicas.

#### Participação Popular em Governos

A sociedade civil dispõe de mecanismos para influenciar os processos decisório e consultivo dos poderes constituídos, os mais comuns deles são a formação de conselhos municipais e a participação em audiências públicas.

##### Criação de Conselhos Municipais[[9]](#footnote-9)

O objetivo dos Conselhos Municipais é a participação popular na gestão pública para que haja um melhor atendimento à população. A proliferação destes Conselhos representa um aspecto positivo ao criar oportunidades para a participação da sociedade na gestão das políticas públicas.

Os conselhos municipais são órgãos de consulta, deliberação e fiscalização que funcionam como instrumento de participação da sociedade civil nos processos legislativo e executivo municipais. Estes conselhos permitem à entidade classista e ao meio empresarial participar da formulação e implementação de ações relevantes para o desenvolvimento sócio - econômico do município.

Os conselhos são criados por iniciativa do Poder Executivo ou por meio de instrumentos de pressão da sociedade civil, que apresenta projeto de lei ao Legislativo Municipal, mediante justificativa da necessidade de criação do órgão. São formados de forma paritária por representantes da sociedade e do poder público, conforme lei que os rege. A comunidade deve definir quais são as entidades que devem integrar o conselho, cabendo a elas escolher seus representantes.

###### Tipos de Conselhos

De acordo com a Constituição Federal o governo municipal é obrigado a assegurar o funcionamento dos seguintes conselhos:

* Saúde (Artigo 198, Inciso III)
* Assistência Social (Artigo 204)
* Educação (Artigo 206, Inciso VI)
* Criança e Adolescente (Artigo 227, parágrafo 7°)
* Conselho de Gestão Fiscal (Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 67)
* Outros conselhos, como o Conselho de Desenvolvimento e Turismo, são criados via lei municipal.

O conselho de desenvolvimento é de grande importância para os programas que tem como objetivo balizar e alicerçar o crescimento econômico e social de um município. Tal fato encontra justificativa em sua abrangência e capilaridade, pois, em geral, o conselho congrega representantes dos mais variados segmentos da sociedade. Dentre estes, destacam-se:

* Associações de bairro
* Associações empresariais
* Sindicatos patronais
* Conselhos vinculados aos órgãos públicos (prefeituras, câmaras, etc.)
* Conselhos vinculados a assuntos específicos (meio ambiente, turismo, trabalho, ação social, segurança)
* ONGs – organizações não governamentais

O conselho busca, fundamentalmente, analisar linhas e diretrizes de desenvolvimento econômico e social que tragam benefícios para o município, focando principalmente a diversificação da economia, a geração de emprego e a viabilidade econômica de projetos.

###### O Quê fazer quando não existe lei municipal para criação de conselhos:

* Sensibilizar o prefeito e vereadores, através das organizações representativas;
* Encaminhar petição solicitando a criação da lei.

###### O quê fazer quando os conselhos obrigatórios não funcionam:

* Mobilizar a sociedade para a importância da efetiva atuação do conselho e, se necessário, registrar uma solicitação de providências à Promotoria Pública.

Em 1999 existiam no Brasil 26.859 conselhos municipais, conforme exposto na tabela a seguir:

**DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE CONSELHOS MUNICIPAIS SEGUNDO**

**AS FAIXAS DE POPULAÇÃO**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **FAIXAS DE POPULAÇÃO** | **NÚMERO TOTAL DE MUNICÍPIOS** | **TOTAL DE CONSELHOS MUNICIPAIS** | **NÚMERO MÉDIO CONSELHOS MUNICIPAIS POR MUNICÍPIO** |
| TOTALaté 10.00010.001 a 20.00020 001 a 50.00050.001 a 100.000100.001 a 500.000Acima de 500.000 | 5.5062.7271.39290827917426 | 26.85912.0406.8394.7991.7451.230206 | 4,884,424,915,296,257,077,92 |

FONTE: IBGE. Diretoria de Pesquisas. Departamento de População e Indicadores Sociais. Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

Infelizmente não há estatísticas consolidadas e atualizadas sobre o número de conselhos instalados e em atividade no país. Outra recomendação refere-se ao fato de que além da criação dos conselhos, é preciso investir em:

* Criação de agenda, pauta e rotinas atribuídas aos conselhos **–** isso significa que os conselheiros, ao se reunirem, devem, apesar do caráter autônomo do conselho, ser respaldados por uma estrutura organizacional mínima que ofereça consistência técnica e administrativa ao funcionamento do órgão.
* Identificação de conselheiros com perfis adequados para atuação, acerca dos temas pertinentes ao conselho **–** a designação de representantes para participação em conselhos municipais é feita pelas entidades que o integram, mas, deve-se ter a cautela de avaliar se além de legítima a indicação reflete o nível de preparação técnica que o indicado deva ter para abordagem aos temas atinentes ao conselho em questão.
* Publicação de relatórios, ações e resultados da atuação do conselho **–** por muitas vezes os conselhos sofrem esvaziamento em decorrência da ausência de percepção da importância de seu trabalho para o desenvolvimento social e econômico local. Um dos mecanismos que tendem a evitar essa perturbação em seu funcionamento é oferecer adequada publicidade às ações e temas em estruturação por intermédio da atuação do conselho. Isso pode ser feito a partir da veiculação de informativos impressos e eletrônicos a serem compostos de forma colegiada pelas entidades que o integram.

Em alguns municípios é instituído o orçamento participativo que confere á sociedade a possibilidade de definição de projetos de interesse prioritário da comunidade. Em geral a definição do orçamento refere-se a uma pequena fração dos recursos públicos disponíveis e o processo de consulta é feito por meio de reuniões abertas à comunidade e, mais recentemente, por votações feitas pela internet.

### Participação em Processos Eleitorais

Uma das práticas mais efetivas de controle social que a ACE pode exercer sobre o Legislativo e o Executivo refere-se articulação de ações pré-eleitorais como:

* Promoção de sabatinas aos candidatos
* Solicitação de publicação prévia de planos e compromissos de governo por parte dos candidatos
* Realização de debates eleitorais
* Entrega aos candidatos de sugestões e propostas para o desenvolvimento local e para criação de uma ambiente favorável à atividade empreendedora

### Assessoria Parlamentar

A Assessoria Parlamentar é responsável pela viabilização das políticas do de interesse empresarial no plano legislativo. Entre as suas atribuições figuram a assistência direta e imediata da ACE em sua representação política; o acompanhamento, junto à Câmara Municipal, dos projetos de lei de interesse do empresarial; a análise, controle de prazo, redação, elaboração e encaminhamento de respostas a requerimentos de informação e indicações; o controle e acompanhamento de reuniões dos parlamentares com dirigentes da ACE; acompanhamento das reuniões realizadas nas comissões permanentes, mistas e especiais da Câmara, com destaque para as pautas que impactam a criação do ambiente de negócios apropriado à atividade empreendedora local.

###

### PPP – Parcerias Público-Privadas

Parceria público-privada refere-se a um istrumento jurídico por intermédio do qual o [parceiro privado](http://pt.wikipedia.org/wiki/Empresa) assume o compromisso de disponibilizar à [administração pública](http://pt.wikipedia.org/wiki/Administra%C3%A7%C3%A3o_p%C3%BAblica%22%20%5Co%20%22Administra%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%BAblica) ou à comunidade uma certa contra-prestação de serviço de natureza mensurável, mediante a operação e manutenção de uma obra por ele previamente projetada, financiada e construída. Em contrapartida há uma remuneração periódica paga pelo Estado e vinculada ao desempenho registrado no período de referência. Alguns exemplos de obras realizada por PPPs são unidades [prisionais](http://pt.wikipedia.org/wiki/Pris%C3%A3o), [leitos hospitalares](http://pt.wikipedia.org/wiki/Hospital), rodovias, operação de aeroportos entre outras.

Os últimos anos têm sido marcados por uma aumento da colaboração entre setor público e o privado para o desenvolvimento e operação de infraestruturas para um leque alargado de atividades econômicas. Assim, os acordos das parcerias público-privadas (PPP) são guiados por limitações dos fundos públicos em suprir os investimentos necessários, mas também dos esforços para aumentar a qualidade e a eficiência dos serviços públicos.

As quatro principais regras para o setor privado para a formalização de PPPs, são:

* Atrair capital adicional para à iniciativa ou projeto proposto;
* Acrescer capacidade de gestão e implementação ao projeto;
* Acrescentar valor ao consumidor e ao público em geral;
* Melhorar a identificação das necessidades e a otimização dos recursos;

O termo PPP tem sido relativamente distorcido, em relação à percepção social de sua aplicação. Isto porque, juridicamente, a definição de PPP pressupõe que as parcerias formalizadas sejam de no mínimo R$20 milhões e com tempo de duração compreendido entre 05 e 35 anos, conforme prescrito pela Lei Federal 11.079/04[[10]](#footnote-10).

No dia a dia, além de recomendável, é natural que a ACE busque empreender parcerias com o poder público, contudo, não cabe, nesse caso, o uso da denominação parceria público-privada em sua acepção clássica.

3. COMPONENTE SOCIAL

Quais são as grandes demandas da comunidade para a criação de um ambiente de bem-estar social? A seguir apresenta-se um modelo esquemático que sintetiza os grandes conjuntos de necessidades sociais em blocos temáticos e em observância a práticas da Responsabilidade Social Empresarial:

A ACE deve se aperceber que essas demandas podem orientar a proposição de programas e projetos, o exercício de maior esforço de cooperação com outras instituições e a criação de serviços relacionados às competências específicas da entidade.

## Educação

Nem sempre há total consenso sobre as estratégias a serem adotadas na promoção do desenvolvimento, mas pelo menos um requisito é considerado imprescindível: o investimento em educação. A seguir o tema educação é desdobrado em tópicos para melhor definição das fronteiras de atuação da em relação a este tema.

### Escolar

Ao longo dos últimos anos o país tem experimentado um quadro de expressivo crescimento econômico, mas o cenário de pleno emprego pode ser facilmente convertido em fator de restrição ao crescimento quando é manifesto o déficit de profissionais qualificados para atendimento a demandas de mercado.

Em relação à educação escolar a ACE reúne algumas competências de natureza estratégica para o a apoio ao desenvolvimento local traduzidas pelas seguintes frentes de atuação:

* Desenvolvimento de programas de cooperação com as instituições de ensino locais que reflitam interesses recíprocos.
* Apoio a ações de voluntariado empresarial.
* Acompanhamento dos índices de desempenho registrados nas instituições de ensino locais e das potenciais causas de incidência de resultados negativos.
* Apoio à instalação e expansão dos aparelhos locais vinculados à educação.

### Profissionalizante

Cresce significativamente a demanda por profissionais especializados em diferentes ramos de atividade. Apenas no setor de TI – Tecnologia da Informação o déficit pode ser superior a 200 mil vagas até o ano de 2013, segundo estimativa da Brascom (Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação) números apresentados em matéria veiculada na publicação Revista INFO em abril de 2011.

Em relação ao número de professores no país, o déficit é 325 mil, conforme aponta o relatório da Câmara de Educação Básica, divulgado em maio de 2010, O documento alerta para uma ameaça que paira sobre o ensino médio: a possibilidade de um "apagão" de professores no Brasil, especialmente das disciplinas de química, física, matemática e biologia.

### Superior

O Brasil se prepara para a Copa do Mundo, Jogos Olímpicos e para a exploração do pré-sal. Nesse cenário, uma profissão se destaca: o engenheiro civil, responsável pela elaboração do projeto ao acompanhamento e à da execução da obra. A valor médio da remuneração desse profissional saltou de R$ 3.749,54, em 2004 para R$ 6.405,13 R$ em 2010, com uma valorização percentual real de 28,2% no período, segundo dados do Ministério do Trabalho e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Acompanhando a boa fase, o setor da construção civil teve crescimento de 11,6% em 2010, o melhor desempenho dos últimos 24 anos. Mas dados do Ministério da Educação revelam que das 244.258 vagas para o curso de engenharia disponibilizadas por universidades de todo o país, apenas 132.839 estudantes ingressam no curso. Destes, apenas 38.124 completam a graduação. Segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), para cada US$ 1 milhão investido, o mercado demanda um novo engenheiro. E para sustentar um crescimento no PIB de 4,5% - a projeção mais modesta feita pelo Banco Central – é necessário aumentar em 21% a formação anual destes profissionais.

Para as ACEs é importante adotar uma postura proativa na articulação e atração de instituições de ensino devidamente aquilatadas para atuação em seus territórios. Também é essencial que carências de formação e qualificação profissional possam ser supridas pela entidade, por meio da composição de serviços ou em articulação com outras entidades e parceiros.

### Formação Empreendedora

Na esteira do crescimento econômico surgem múltiplas oportunidades de abertura de novos negócios. Somente no ano de 2011, mais de 1,82 milhões de empreendedores foram formalizados[[11]](#footnote-11). É possível que uma generosa fatia deles já vivesse à sombra da extra - oficialidade.

Pesquisa do Global Entrepreneurship Monitor – GEM 2010 revela em sua 11ª edição divulgada pelo Sebrae em abril de 2011 que, no ano passado, o país registrou o melhor resultado dos 11 anos em que participa da pesquisa, com a maior Taxa de Empreendedores em Estágio Inicial (TEA): 17,5% da população adulta (18 a 64 anos). Esse percentual revela que 21,1 milhões de brasileiros exerceram atividade empreendedora no ano passado e refere-se aos empreendimentos com até três anos e meio de atividade[[12]](#footnote-12).

### Ensino à Distância

Em setembro de 2011 o Brasil superou o número de 3,5 milhões de alunos matriculados em cursos de EAD no país, segundo dados do Ministério da Educação. As projeções realizadas para os próximo anos são de um crescimento superior a 15%[[13]](#footnote-13).

As atuais facilidades tecnológicas disponíveis tem contribuído para a democratização do acesso a informação e a mecanismos virtuais de comunicação e capacitação. É possível, em remotas regiões do mundo, participar de teleconferências e exposições virtuais que tendem a aproximar as pessoas e a estabelecer um novo patamar de conectividade.

Para as ACEs, isso representa poder oferecer a seus associados serviços, em especial de capacitação, com amplitude de conteúdos e com a opção de se recorrer aos melhores centros de formação no país. Uma adequada estratégia de oferta dessa soluções ao quadro social e à comunidade pode contribuir para o aumento da competitividade empresarial, para maior interação com públicos afins da ACE e para a expansão do portfólio de serviços da entidade.

###  Inclusão Digital Empresarial

Apenas 45% das MPE no Brasil tem sites ativos[[14]](#footnote-14). Tais números são apenas uma amostra dos níveis de exclusão relativos ao uso da tecnologia da informação e de ferramentas gerenciais nas empresas para a tomada de decisão, promoção de negócios e gestão cotidiana dos empreendimentos. Como o ingresso de novas tecnologias deverá se acentuar ao longo dos próximo anos, a ACE deve assumir um papel proativo no apoio a oferta de soluções tecnológicas que contribuam para a expansão da atividade empreendedora local. Algumas dessas soluções referem-se a ações de capacitação; aquisição de softwares e hardwares; acesso a meios de comercialização digital e atendimento à legislação vigente (certificação digital, nota fiscal eletrônica e escrituração digital).

Outro cenário de compressão sobre os pequenos negócios refere-se à rápida modernização dos aparelhos fiscais de governos nas esferas federal, estadual e municipal. Quadro que pela primeira vez na história do país, coloca os governos numa condição de melhor aparelhamento tecnológico que parte significativa das empresas, pelo menos sob o ponto de fiscal.

## Segurança Pública

Um dos elementos relativos à qualidade de vida nas cidades que mais foram depauperados ao longo dos últimos anos é a segurança pública. Tendo-se como referência o senso do IBGE – 2000, o Brasil contava à época com uma população de 34,6 milhões de jovens na faixa de 15 a 24 anos de idade, o que representa 18,3% da população total brasileira. A taxa de mortalidade da população brasileira é de 568 em 100 mil neste último senso. Já a taxa de mortalidade juvenil manteve-se no mesmo patamar por anos, 128 por 100mil em 1998 e 133 por 100mil em 2004, mas o que mudou foram às características desta mortalidade, nos últimos anos, e mudou radicalmente, a partir do que se pode denominar de: “novos padrões da mortalidade juvenil”. Antes as epidemias e as doenças infecciosas eram a principal causa desta mortalidade a cinco ou dez décadas, mas isso foi sendo substituído pelo que se pode chamar de “causas externas”. Os acidentes de trânsito e homicídios são as principais causas atuais.

Em 1994 o número de homicídios juvenis registrado pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), foi de 32603, já em 2004 pulou para 48.374, um incremento de 48,4%.

Nas capitais a média de homicídios na população geral foi de 38,4% , o índice de homicídios entre jovens foi de 42,8% do total do país. Algumas capitais como Florianópolis e Cuiabá que tinham os menores índices por volta de 1994, tiveram um incremento vertiginoso. Multiplicaram mais de sete vezes em termos absolutos, fenômeno que se repete em Palmas e Belo Horizonte onde multiplicaram cinco vezes seu número total de homicídios.

A degeneração das condições de segurança no municípios tem levado a sérias consequências sociais e econômicas. Para as MPE, essa interferência se manifesta diante da retração do consumo em localidades cujas condições de segurança sejam inibitórias da livre circulação de pessoas. Em alguns centros urbanos do país tem sido registradas iniciativas relativas a implantação de sistemas de vigilância eletrônica que inibem a atuação criminosa de meliantes. Outra intervenção da ACE acerca desse tema, refere-se a integração ao Conselho de Municipal de Segurança Pública, de modo a apoiar a formulação e implementação de políticas concernentes à prevenção, repressão e combate a atividades criminosas.

## Assistência Social

O brasileiro precisaria de um salário mínimo no valor de R$ 2.394,76 em janeiro deste ano (2012), para conseguir arcar com suas despesas básicas, de acordo com o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). O equivalente a 3,92 vezes o valor do salário mínimo para suprir as demandas do trabalhador. O cálculo foi feito com base no mínimo de R$ 610, em vigor desde o início deste ano.

Essa defasagem nos rendimentos pagos a mais de 47,6 milhões de trabalhadores e beneficiários da Previdência[[15]](#footnote-15), leva a um quadro de forte dependência de uma expressiva fatia da população e de seus dependentes de ações de assistência social. Além disso, um contingente superior a 13 milhões de famílias brasileiras é beneficiária do Programa Bolsa Família, o que caracteriza o baixo nível de renda registrado por grande parte dos brasileiros.

###

### Combate à Pobreza

Pelos novo critério definido pelo Governo Federal em maio de 2005, qualquer pessoa que tenha rendimento menor ou igual a R$ 70 é considerada extremamente pobre. No Brasil, 16,27 milhões de pessoas estão nesta condição, o que representa 8,5% da população. Para chegar a este número, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) levou em consideração a renda declarada no censo. Os indivíduos que declararam renda próxima a zero foram objeto de uma segunda análise do instituto. O filtro foi necessário para tentar eliminar situações como a recusa em fornecer a informação. Para isso, o IBGE cruzou os dados de renda com informações de vulnerabilidade, como domicílios sem banheiro, famílias com indivíduos analfabetos, ou ainda moradias sem acesso à iluminação ou rede de distribuição de água.

O programa de erradicação da miséria do Governo Federal se apóia em três eixos de ações: transferência de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva. Essas diretrizes podem dar origem a formulação de projetos de parceria entre a ACE e órgãos da administração pública direta, inclusive ministérios, mediante proposição de projetos de parceria.

###

### Segurança Alimentar

Segurança alimentar[[16]](#footnote-16) corresponde ao conjunto de normas de produção, transporte e armazenamento de [alimentos](http://pt.wikipedia.org/wiki/Alimento) visando a determinadas características [físico-químicas](http://pt.wikipedia.org/wiki/F%C3%ADsico-qu%C3%ADmica%22%20%5Co%20%22F%C3%ADsico-qu%C3%ADmica), [microbiológicas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Microbiologia) e [sensoriais](http://pt.wikipedia.org/wiki/Sentidos) padronizadas, segundo as quais os [alimentos](http://pt.wikipedia.org/wiki/Alimento%22%20%5Co%20%22Alimento) seriam adequados ao consumo. Estas regras são, até certo ponto, internacionalizadas, de modo que as relações entre os povos possam atender as necessidades comerciais e sanitárias. Alegando esta razão alguns países adotam "barreiras sanitárias" a matérias-primas agropecuárias e produtos alimentícios importados. Um conceito importante na garantia de um alimento saudável é o dos "perigos", que podem ser de origem biológica, química ou física.

A combinação representada pela precariedade de saneamento básico, a origem dos alimentos consumidos pela população e hábitos inapropriados de aliementação e higiene transformam esse tema num importante gatilho de preocupações com a saúde pública no país.

### Previdência

A expectativa de vida dos brasileiros teve uma salto significativo nas três últimas décadas, de 62,6 anos em 1981 para 73,4 anos em 2011[[17]](#footnote-17), mas isso não significa necessariamente acréscimo de qualidade vida às pessoas. Por isso, é essencial a criação de condições adequadas de seguridade social e previdência para que ao envelhecer, as pessoas o façam com dignidade.



Algumas ACEs desenvolvem ações de apoio à revisão de benefícios pagos pela Previdência, por meio da atuação de sua assessoria jurídica. Outra prática relacionada ao pagamento de benefícios por governos, refere-se à inserção de pessoas que vivem condições agudas de pobreza em programas de transferência de renda.

A ACE também pode desenvolver ações de sensibilização para a adoção de hábitos saudáveis pela população como a prática de esportes, alimentação balanceada e ações de saúde preventiva que contribuam para uma maior longevidade e qualidade vida para a comunidade.

## Saúde

Curiosamente, no ano de 2011, os investimentos em Saúde foram de R$283,6 bilhões[[18]](#footnote-18) dos quais R$157,6 bilhões foram investidos pelas famílias e R$123,6 bilhões e R$2,9 bilhões por ONG´s, o que demonstra a prevalência do investimento privado sobre o público e a ineficiência estatal em prover adequadas condições de saúde aos brasileiros.

Em relação às ACEs, há a possibilidade de se buscar a formalização de convênios com operadoras de planos de saúde para oferta de serviços aos associados e à comunidade, embora, no contexto estruturador, o papel mais nobre a ser exercido pela entidade refere-se à atuação no Conselho Municipal de Saúde, na formulação de políticas municipais de saúde mas, sobretudo, na atuação em ações e projetos alusivos à saúde preventiva e ao saneamento básico. Basta afirmar que para cada US$1,00 investido em saneamento, US$5,00 são economizados em despesas hospitalares[[19]](#footnote-19).

## Cultura

O Brasil é reconhecido mundialmente por sua diversidade cultural e múltiplas manifestações artísticas, mas isso não significa dizer que às pessoas habitualmente usufruam ou tenham acesso adequado a esses elementos.

Como forma de incentivo, a ACE pode apoiar a promoção de eventos para associados e para a comunidade que valorizem e resgatem tradições culturais locais. O apoio a incubadoras culturais apresenta um viés de estímulo á atividade empreendedora local e a profissionalização dos diversos agentes que integram cadeias de promoção de eventos culturais.

## Esporte, Lazer e Entretenimento

Levantamento do Ibope, obtido com exclusividade pelo R7[[20]](#footnote-20) - portal da Rede Record, mostra que o brasileiro permaneceu durante 5 horas e 28 minutos por dia diante o televisor em 2011, nove minutos a mais do que em 2010, vinte a mais do que em 2008. Diferentemente de 2010, em que houve queda no consumo de TV pelos mais jovens e mais ricos, no ano passado todos os segmentos etários e econômicos registraram aumento no tempo de permanência com o televisor ligado.

O quadro citado só não é mais desolador, porque não se sabe ao certo se quem está do lado de cá da telinha se preocupa com o conteúdo de origem duvidosa veiculado pela TV no país, em especial, pelos canais de programação aberta. Situação que deixa evidente o quão o brasileiro recorre, quase que exclusivamente ao televisor, como fonte de informação, lazer e diversão.

 Algumas das oportunidades de promoção de ações de esporte, lazer e entretenimento por entidades associativas são apresentadas a seguir:

* Atividades esportivas e ecológicas (caminhadas, passeios de bicicleta, torneios esportivos)
* Ruas de lazer
* Gincanas
* Colônias de férias
* Bailes dançantes
* Almoços, jantares e outros eventos festivos

Essas ações, quando possível, devem ser extensivas aos grupos familiares dos associados e colaboradores, de modo a reforçar o papel de congraçamento e interação a ser exercido pela entidade. Iniciativas que envolvam a comunidade são bem-vindas pela repercussão institucional que possam gerar e pela perspectiva de atração de novos associados.

## Geração de Emprego e Renda

A geração de empregos com carteira assinada no Brasil foi de 1.944.560[[21]](#footnote-21) em 2011. O número representa um ritmo menor na criação de empregos no país, da ordem de 23,5% menor que o registrado em 2010, quando foram geradas 2.543.177 empregos formais. Apesar do recuo, o resultado no ano ainda é o segundo melhor da série histórica do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

Um nicho de atuação das ACEs refere-se à visível necessidade de preparação de mão-de-obra para vários segmentos econômicos. Os déficits em formações técnicas são astronômicos e tendem a representar um fator de perda da competitividade empresarial ao longo dos próximos anos caso essas deficiências não sejam sanadas. Cabe à ACE promover uma adequada leitura do ambiente em que se insere e promover um amplo programa de apoio à formação, qualificação e capacitação profissional. Parcerias com centros de formação profissional e instituições de ensino são bem-vindas, devido à possibilidade de se somarem competências na oferta de soluções educacionais a diversas clientelas da ACE.

## Acesso à Informação e Comunicação

### Censo Econômico e Censo Empresarial

Quem saberia responder com precisão cirúrgica qual é o número de empresas no município em que se situa a ACE, quantos empregos são gerados e o tempo de vida de cada estabelecimento? Esses tem sido um dos dilemas para diferentes entidades e órgãos públicos que convivem habitualmente com informações defasadas e dissonantes sobre a atividade empreendedora no país.

O Censo Econômico e o Censo Empresarial são instrumentos relativos à apuração e consolidação de informações alusivas à atividade econômica local tais como: nº de empreendimentos; classificação de atividade e porte de cada estabelecimento; capacidade instalada; nº de empregos gerados e massa salarial; idade do estabelecimento; natureza dos produtos e serviços oferecidos; procedência de materiais-primas; tributos recolhidos; mercados consumidores; agregação de valor aos produtos entre outros elementos de relevância para o processo diagnóstico da economia local.

### Índices e Informações Econômicas

A ACE pode, por meio da criação de departamento específico ou da instituição de assessoria econômica, realizar pesquisas e compor índices econômicos como: índice de confiança de empresários; níveis de inadimplência locais; termômetro da oferta de crédito; remuneração salarial por categoria; evolução dos custos de produção e de serviços, entre outros indicadores relativos à atividade econômica local.

De uma forma mais contundente, a ACE deve se mobilizar para a realização de pesquisas locais voltadas à definição do perfil de consumo local, de modo a orientar novas oportunidade de negócios, níveis de satisfação da clientela e horizontes de melhoria a serem alcançados pelas empresas locais.

## Justiça

A justiça brasileira registra um índice de congestionamento dos mais altos do mundo. Em 2010 o número total de processos em tramitação era de 83, 4 milhões[[22]](#footnote-22). Ano após ano, esse quadro de desolação é agravado pelo ingresso de um novo contingente de litígios e alguns processos se arrastam insolúveis por décadas, sem que uma sentença judicial seja prolatada. Isso produz expressivos custos sociais e econômicos para empresas e cidadãos. Em pesquisas realizadas pelo SEBRAE, a falta de acesso à justiça é apontada como um dos fatores de mortalidade de empresas de micro e pequeno porte no país, daí a importância de abordagem ao tema pelas ACEs como elemento de apoio ao aumento da competitividade empresarial.

###

### Mediação e Arbitragem

Você sabia que é possível evitar que se recorra ao Poder Judiciário para resolução de conflitos de natureza empresarial? As Câmaras de Mediação e Arbitragem Empresarial e os PACEs – Postos Avançados de Conciliação Extraprocessual representam dois mecanismos para solução de controvérsias, por meio do uso dos MESCs – Métodos Extraprocessuais de Solução de Controvérsias.

Embora a Justiça seja morosa, sobrecarregada e cara, não há uma correta percepção social sobre o uso dos MESCs – Métodos Extrajudiciais de Solução de Controvérsias. Por isso, muitas ACEs tentaram implementar câmaras de mediação e arbitragem empresarial, em relação às quais podem ser citados alguns fatores condicionantes de sucesso:

- Câmaras bem-sucedidas, em geral, se situam em municípios com mais de 200 mil habitantes ou que possam alcançar atuação de abrangência regional.

- A adesão ao uso da câmara por dirigentes da ACE é essencial para que outros empresários venham a apoiar a iniciativa.

- As assessorias jurídicas contratadas por empresas, em geral, resistem ao uso dos MESCs, pois a celebração de acordo ou a solução da controvérsia implica no fim do conflito entre as partes, o que também pode encerrar a relação empresa-advogado e a incidência de honorários pelos serviços prestados.

- A atuação inidônea de gestores de câmaras de mediação e arbitragem, não vinculadas ao sistema CACB, contribui para a descrença no uso dos MESCs como uma alternativa ao funcionamento da justiça estatal.

Por fim, as câmaras devem ser percebidas pelas ACEs como um serviço de natureza institucional de alta complexidade, que, pode, eventualmente, ser deficitário sob o ponto de vista financeiro, mas que também gera benefícios de natureza intangível para sociedade como a diminuição do número de conflitos entre empresários e consumidores; a redução de despesas com ações judiciais e, principalmente, a preservação das relações entre as partes, o que contribui para edificação de um ambiente de maior competitividade empresarial e pacificação social.

A CBMAE – Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial, órgão vinculado à CACB, é atualmente constituída por 48 Câmaras de Mediação e Arbitragem e 28 PACEs – Postos Avançados de Conciliação Extraprocessual instalados no país. O acesso à justiça por empresários e pela comunidade pode ser viabilizado por um desses instrumentos, mediante implantação desses serviços na ACE e conforme plano de negócios instituído pela CBMAE para auxílio nos processos decisório e de gestão das câmaras e PACEs.

#

4. COMPONENTE AMBIENTAL

Certamente esse é um dos temas sobre os quais mais teremos impactos em nosso cotidiano ao longo dos próximos anos. As ameaças às condições de vida no Planeta Terra devido ao aumento pela demanda por alimentos, decorrente da expansão populacional, o uso intensivo de recursos naturais e alterações climáticas, colocam as questões ambientais em evidência, tanto nas órbitas política quanto social e econômica.

No presente manual, a abordagem à componente ambiental se inicia pelo tema gestão de resíduos sólidos, já regulamentado por leis federais e com impacto imediato para todos os negócios envolvidos em cadeias produtivas de bens de consumo, inclusive o segmento varejista, que deverá ser corresponsável pela destinação final desses produtos na natureza.

Apenas a título de curiosidade, em 2020, 14% do PIB da economia alemã deverão ser dirigidos à exploração e ao desenvolvimento de tecnologias ambientais, segundo a consultoria Roland Berger[[23]](#footnote-23), o que demonstra o significado estratégico do tema no contexto da inovação e do melhor aproveitamento das oportunidades econômicas que tem sido e serão geradas ao longo dos próximos anos.

##

## Gestão de Resíduos (LEI 12.305)

A Política Nacional de Recursos Sólidos (PNRS) foi sancionada em 2010, tornando-se a Lei nº 12.305. Dentre todas as novidades trazidas pelo texto da PNRS, há a menção específica a novas obrigações que deverão alterar significativamente alguns setores da economia, até então pouco afetados pelas questões ambientais, conforme texto apresentado a seguir:

Art. 1º – Esta lei institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e discorre sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

§ 1º – Estão sujeitas à observância da Lei 12.305 as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos.

Fabricantes, distribuidores e comerciantes, organizados em acordos setoriais, ficam obrigados a recolher e destinar para a reciclagem as embalagens de plástico, papel, papelão, de vidro e as metálicas usadas.

A PNRS tem como objetivos centrais:

* A não-geração, redução, reutilização e tratamento de resíduos sólidos;
* Destinação final ambientalmente adequada dos rejeitos;
* Diminuição do uso dos recursos naturais (água e energia, por exemplo) no processo de produção de novos produtos;
* Intensificação de ações de educação ambiental;
* Aumento da reciclagem no país;
* Promoção da inclusão social;
* Geração de emprego e renda para catadores de materiais recicláveis.

A PNRS determina que fabricantes, importadores, distribuidores e vendedores recolham e destinem corretamente seus resíduos sólidos. Isso engloba o lixo produzido no desenvolvimento do produto, obtenção de matérias-primas e insumos, produção, consumo e disposição final. Existem atualmente em vigor legislações para setores industriais específicos, como fabricantes de pneus, agrotóxicos, pilhas e baterias. Com a política nacional, parâmetros e preceitos legais relativos à gestão de resíduos se estendem por toda a cadeia do comércio varejista.

Um dos aspectos diferenciais da nova legislação refere-se a seu caráter educacional que deverá trazer impactos sobre a mobilização de empresas e da sociedade para a reciclagem de resíduos, bem como promover a inclusão de catadores de materiais reciclados em programas e iniciativas de geração de emprego e renda.

Consulte o texto relativo à Lei 12.305 na íntegra em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>

### Logística Reversa

A Lei 12.305 institui a criação da “logística reversa”, que obriga os fabricantes, distribuidores e vendedores a recolher embalagens usadas e oferecer destinação adequada aos produtos após utilização ou ao final de sua vida útil. Embora alguns de seus dispositivos ainda tenham que ser regulamentados, as empresas, inclusive as MPE, devem se mobilizar proativamente para atendimento à legislação. Conforme descreve a PNRS, a logística reversa também deverá ser aplicada aos eletroeletrônicos e tal circunstância promete trazer ao setor implicações relevantes, incluindo-se as operações de comércio eletrônico relativas a estes produtos.

Em linhas gerais, o conceito de logística reversa compreende o gerenciamento de todas as ações necessárias à retirada dos produtos pós-uso das mãos do consumidor até a sua destinação final ambientalmente adequada.

Para a PNRS, se a logística reversa é, por um lado, instrumento de desenvolvimento econômico e social, por outro, é uma obrigação imposta aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de resíduos perigosos em geral, e ainda pneus, pilhas, baterias, lâmpadas e, a novidade em questão, de produtos eletroeletrônicos.

Conforme o texto da PNRS, seria de responsabilidade tanto dos fabricantes dos produtos eletroeletrônicos quanto dos seus revendedores e do comércio varejista em geral a obrigação de aplicação da logística reversa e definição de sua efetiva operacionalização, ou seja, como estabelecer os postos de coleta e a forma de recolhimento dos produtos no mercado para sua destinação ambiental.

O diagrama apresentado a seguir representa o ciclo da logística reversa:



Fonte:j2da.wordpress.com

### Abordagem da Lei Geral das MPE a Aspectos Ambientais

A Lei Geral das MPE, em seu Art. 55, descreve que a fiscalização, concernente aos aspectos trabalhista, metrológico, sanitário, ambiental e de segurança, das microempresas e empresas de pequeno porte, deverá ter natureza prioritariamente orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

Em complementação ao papel educacional exercido pelo Sebrae em relação às MPE, deverão ser adotas ações de articulação com autoridades setoriais para implementação desse importante aspecto da Lei.

**Legislações municipais sobre o tema sustentabilidade**

Na esfera municipal é essencial que o empresário de MPE do comércio varejista fique atento a questões como acessibilidade e ao uso de sacolas plásticas para embalagem de produtos, por exemplo. Muitos desses aspectos são disciplinados por leis municipais e é importante assumir uma postura proativa em seus processos de articulação e formulação. Outro tema de interesse estratégico do comércio varejista é o conhecimento e participação na elaboração dos códigos municipais que regulam aspectos como o perfil das edificações e a localização de estabelecimentos comerciais, horários de funcionamento e impactos gerados pelos empreendimentos sobre a vizinhança e a sociedade.

Segmentos como o de postos de combustíveis e padarias podem se ver mais afetados por legislações municipais devido a mudanças na forma de tributação e cobrança pelo uso da água e da energia elétrica ao longo dos próximos anos.

No futuro, um outro aspecto das leis municipais que deverá afetar o comércio varejista é a inclusão dos catadores de materiais recicláveis na destinação final de resíduos sólidos.

### Coleta Seletiva

O percentual de municípios brasileiros que faziam coleta seletiva passou de 8,2%, em 2000, para 17,9%, em 2008[[24]](#footnote-24). Ainda assim, esse números demonstram a pouca inclinação do brasileiro para ações sustentáveis e as importantes oportunidades de negócio advindas do aproveitamento do lixo como um recurso econômico.

**LIXO ZERO E NOVAS OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO**

***Conceito originalmente utilizado na indústria, sob o nome de ‘rejeito zero’, é adotado em cidades devido ao reconhecimento do valor econômico do lixo.***

**É possível imaginar a extinção de lixões e aterros sanitários?**

A resposta contundente a esse desafio é um sonoro e desafiador SIM. O recém-criado conceito ‘lixo zero’ tem como principal objetivo o reaproveitamento de resíduos e a diminuição da destinação de lixo para os aterros sanitários. A ideia básica desse princípio se apoia na premissa de que na natureza tudo se transforma. Por isso, a destinação final do lixo pode representar, além da fronteira ambiental, uma questão econômica.Sob os acordes do milagre enunciado por Lavosier há mais dois séculos, porque não oferecer a cada item descartado o seu devido e nobre aproveitamento pós-uso? Um dos desafios da construção dessa lógica é incutir na sociedade a percepção de aproveitamento integral daquilo que antes teria o lixo como destino certo. Outra iniciativa refere-se à separação do joio do trigo, embora o conceito ‘lixo zero’ coloque por terra a existência da erva daninha nos resíduos que produzimos.

É exatamente dessa constatação que surgem novas oportunidades de negócios. Para o lixo orgânico, abre-se a possibilidade de uso de biodigestores – equipamentos que, após processamento, transformam esses materiais em adubo para utilização na agricultura; em relação ao lixo eletrônico, o desafio é separar adequadamente as dezenas de componentes que o integram; no caso de plásticos e papéis, a questão é aumentar a escala de coleta e a atratividade para que, inclusive pequenos municípios, encarem o lixo como recurso econômico e se consorciem para a gestão de resíduos. Florianópolis (SC) tem se credenciado a ser o primeiro município no Brasil a colocar em prática a mentalidade lixo zero. Até o ano de 2030 espera-se que os 3,5 milhões de reais gastos mensalmente com a remessa do lixo ao aterro sanitário no município vizinho de Biguaçu, tenham uma destinação bem mais nobre. Na Califórnia (EUA) 65% dos resíduos gerados por supermercados devem ter destinação ecológica e em São Francisco (EUA) esse percentual é de 78%.

## Produção Limpa

O termo produção limpa ou produção mais limpa corresponde a uma abordagem para a produção ecoeficiente e baseia-se na avaliação do ciclo de vida de produtos, ou seja, os fabricantes devem se adotar posturas e procedimentos ambientalmente corretos desde o projeto, seleção de matérias primas, processo de [produção](http://pt.wikipedia.org/wiki/Produ%C3%A7%C3%A3o), [consumo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Consumo), reutilização, reparo e [reciclagem](http://pt.wikipedia.org/wiki/Reciclagem%22%20%5Co%20%22Reciclagem) até a disposição final dos produtos. Esse prinípio está associado à aplicaçao da logística reversa e ao conceito de resíduo zero nos processos produtivos, de modo minimizar as pressões sobre o meio ambiente em relação à geração de resíduos e em relação à demanda crescente por máterias-primas.

Algumas das características de um bem produzido segundo os critérios da Produção Limpa são:

* Utilização de materiais não tóxicos e reciclávei e reutilizáveis
* Processo limpo e com baixa demanda de energia durante a produção e transporte
* Mínima utilização de embalagens
* Fácil montagem, desmontagem, manutenção, conserto e reciclagem
* Destinação final ambientalmente adequada gerida pelo [fabricante](http://pt.wikipedia.org/wiki/Fabricante%22%20%5Co%20%22Fabricante) ou pelos demais pares em atuação na cadeia produtiva

**4Rs – Quatro Atitudes Sustentáveis**

Pressões sobre o meio ambiente podem ser minimizadas mediante aplicação de quatro princípios simples por cidadãos, instituições e empresas.

**Redução.**

Reduzir a produção de lixo e objetos desnecessários. Significa utilizar produtos mais duráveis, e controlar, por exemplo, o uso excessivo de água, luz, gás, combustíveis, bem como a incidência de qualquer tipo de desperdício. Também representa optar por produtos com embalagens mais racionais e ecológicas e por tecnologias limpas nos processos de produção.

**Reutilização.**

Reutilizar o que se fabrica e evitar o uso de ‘materiais descartáveis’. Significa realizar opção por produtos não descartáveis, a menos que sejam necessários à proteção da saúde ou representem maior eficácia ambiental que aqueles de uso permanente. Desta maneira, deve-se buscar o adequado aproveitamento de itens de consumo, ao longo de toda sua vida útil, e seu adequado redirecionamento quando estes se tornam ociosos ou são comprados em escala excessiva.

**Reciclagem**

Reciclar os materiais usados para fabricação de novos produtos. Para que seja possível reciclar plásticos, vidros, metais e papéis, estes materiais precisam estar separados adequadamente e em escala suficientemente significativa para o seu aproveitamento econômico. Por isso é tão importante a prática da coleta seletiva e a aplicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

**Repensar**

Repensar hábitos de consumo e repensar as consequências que o consumo desenfreado gera em nosso planeta. As atitudes de consumo devem levar em conta aspectos como o esgotamento das reservas de água, minérios e de outros recursos naturais, poluição da água, do ar, do solo, mudanças climáticas, além do agravamento das desigualdades sociais.

##

## Educação Ambiental

Ações de educação ambiental tendem a produzir resultados bastante contundes por atuarem na edificação de uma cultura, cujos benefícios para a sociedade tendem a ser mais perenes e expressivos que a promoção de ações pontuais e não sistemáticas.

As ACEs podem investir na proposição de programas de educação ambiental, em parceria com instituições de ensino, poderes constituídos e empresas locais, especialmente, por intermédio da agência de desenvolvimento que assume, entre outras competências, vocação para a liderança de ações dessa natureza.

## Economia Fechada (desenvolvimento de fornecedores locais)

O princípio da economia fechada pressupões estabelecer preferência por produtos e serviços locais, de modo a minimizar o dispêndio de energia e combustível, bem como a poluição gerada por transportes de mercadorias que, em muitos casos atravessam longas distâncias até os locais de consumo.

Uma outra vantagem da preferência pelos produtos locais, refere-se à dinamização econômica local por meio da fixação de renda, pois os beneficiários do processo de comercialização tendem a gastar parte significativa das receitas registradas no processo de venda no próprio município.



A Lei Federal de Nº 11.947/2009, popularmente conhecida como Lei da Merenda, prevê que pelo menos 30% dos alimentos que integram o cardápio de escolas públicas devem ter como fornecedores produtores locais originários da agricultura familiar. Um dos benefícios adicionais da Lei refere-se à incorporação de produtos regionais às merendas escolares como carne seca, rapadura,frutas tropicais que, além de serem mais frescos e nutritivos, correspondem, em maior escala, ao paladar e preferências locais[[25]](#footnote-25).

A lei também abre precedente para que, embora mais caros, que aqueles originários de outras localidades, os produtos da agricultura familiar local tenham preferência de compra por órgãos públicos da administração direta.

**COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO**17

**O lucro é de toda a sociedade**

Comércio Justo e Solidário corresponde a um conjunto de ferramentas destinadas a promover o desenvolvimento sustentável de comunidades e grupos de produtores atendidos, tanto no aspecto socioeconômico quanto em relação ao meio ambiente, a partir do acesso a mercados interno e externo, de modo a dinamizar a economia local.

A seguir enumeram-se alguns princípios que regem uma relação comercial justa e solidária:

* Pagamento de preço justo pelos produtos comercializados;
* Relação de longo prazo, em que o comprador (distribuidor) oferece treinamento e outras formas de apoio aos produtores, além do acesso a informações de mercado;
* Produtores organizados em modelos coletivos de produção: cooperativas ou associações, por exemplo;
* Respeito a legislações ambientais e trabalhistas;
* Compromisso de que os filhos dos produtores rurais em idade escolar frequentem regularmente à escola.

## Legislação Municipal

Além de leis federais e estaduais que versam sobre a questão ambiental há matérias cuja competência é específica dos municípios, conforme descrito a seguir:

### Plano Diretor

O Plano Diretor atua como elemento condicionante do crescimento do município, inclusive no aspecto ambiental e visa à estabelecer áreas de preservação ambiental, zoneamento urbano e rural com as devidas recomendações sobre o forma de ocupação do solo.

Quando há um razoável número de leis ambientais no município, é presumível que se crie um Código Ambiental que permite reunir toda a legislação vigente num mesmo documento. A criação do Código Ambiental é da autonomia de cada município e cabe aos representantes da ACE consultar sobre sua existência e ponderar, caso aplicável, sobre a necessidade de sua criação, aperfeiçoamento e aplicação.

### Licenciamento Ambiental e Fiscalização

Cabe à prefeitura expedir o Alvará de Funcionamento Provisório para atividades classificadas como de baixo e médio risco. Atividades de alto risco passam pelos procedimentos corriqueiros relativos ao licenciamento ambiental, conforme competências específicas dos órgãos de fiscalização. A Lei Geral Municipal da MPE prevê que para atividades de baixo risco, a licença de abertura do empreendimento deve ser concedida de imediato.

Acerca dos aspectos punitivos sobre infrações às leis vigentes haverá, sobretudo, a fiscalização orientadora que pressupõe que antes que qualquer auto de infração seja aplicado, haverá uma advertência de natureza orientadora.

##

## Saneamento Básico

No Brasil, em 37,4%[[26]](#footnote-26) dos domicílios, não estão presentes serviços de rede de abastecimento de água, rede coletora de esgoto e coleta de lixo direta. Essa deficiência, tem representado em larga escala, fonte de preocupação para os agentes responsáveis pela saúde pública, em decorrência da ausência de saneamento figurar como vetor potencial da exposição da população a uma série de doenças. Além disso, a ausência de saneamento contribui para a subnutrição humana, déficits de crescimento e de desenvolvimento da capacidade intelectual de crianças e adolescentes.

Os dados divulgados na Síntese dos Indicadores Sociais, apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), confirmam que os brasileiros de menor renda são os que mais sofrem com a falta de saneamento. Entre aqueles que vivem com menos de meio salário mínimo, apenas 41,3% contavam com os serviços simultâneos de água, esgoto e lixo.

Durante a década, a evolução foi pequena, principalmente, na região Norte, onde os 11,6% dos domicílios eram alcançados pelos serviços em 1999. Em 2009, a porcentagem passou a ser de 13,7%. Apesar de ainda apresentar um valor absoluto bem abaixo da média nacional, o Nordeste teve a maior evolução neste quesito. Passou de 25,4% em 1999 para 37% em 2009.

Por muitas vezes, esses podem representar indicadores de desestímulo à instalação de projetos de investimentos em determinadas localidades decorrente da fragilidade social identificada.

Como A ACE pode intervir nesse tema?

* a entidade pode influenciar a proposição de políticas públicas;
* pode fiscalizar a aplicação de recursos orçamentários por meio do Observatório Social;
* Sensibilizar a população e a comunidade empresarial sobre a importância do tema.

## Proteção Ambiental

Criar áreas de preservação ambiental e promover campanhas de sensibilização sobre temas ambientais são algumas ações que, em parceria com outras entidades vocacionadas, podem ser realizadas pela ACE para edificação de uma cultura ecológica no município.

### Campanhas Ambientais

A ACE pode liderar campanhas ambientais em temas variados, por exemplo, em relação às vertentes descritas abaixo:

* Plantio de árvores
* Criação de áreas de preservação ambiental
* Ações de consumo consciente
* Coleta seletiva de lixo
* Adoção de atitudes sustentáveis de consumo pela comunidade

Alguns municípios, em especial sob a liderança da prefeitura, tem realizado o plantio de uma árvore a cada nascimento registrado na cidade. Essa é uma perspectiva interessante se considerado que, ao longo dos anos, um número significativo de árvores pode ser plantado, conforme taxa de natalidade local e longevidade do programa.

### Reabilitação de Áreas Degradadas

Além das evidentes preocupações com a sustentabilidade do Planeta Terra, há passivos ambientais cujas consequências precisam ser equacionadas. Por passivo ambiental pode-se citar como exemplo a cava deixada por uma mineradora ao longo do processo de exploração mineral e a barragem de rejeitos formada, em geral, por materiais sem valor econômico. Paralelamente, essa mesma mineradora, nos processos produtivos, desmatou, poluiu o rio e modificou a forma de ocupação do solo e o modo de vida da comunidade.



Apesar dos incontestáveis benefícios gerados pelo empreendimento mineral ao longo de sua existência com a geração de emprego e renda, arrecadação de tributos, aporte de infraestrutura e dinamização econômica local, o passivo gerado precisa ser tratado adequadamente. Isto significa que a montanha transformada em vale não terá mais a mesma topografia, mas, ao se encerrar a atividade mineradora, aquele espaço terá uma nova destinação como, por exemplo, um local de lazer praça para a comunidade local.



5. MODELO DE GESTÃO

A promoção do Desenvolvimento Local Sustentável requer mais do que um consenso mínimo sobre as linhas e objetivos estratégicos a serem alcançados sobre o tema em determinado espaço territorial, é necessário mobilizar parceiros-chave para a consecução de um modelo metodológico que se paute pelo menos por:

* Identificação de temas e pautas referenciais de discussão
* Avaliação de fatores sistêmicos de competitividade
* Definição de um modelo participativo de diagnóstico e de planejamento
* Concepção de uma estrutura de gestão compartilhada
* Composição de mecanismos de monitoramento e avaliação

A seguir esses elementos essenciais ao sucesso da implementação de um programa de desenvolvimento local sustentável são apresentados:

## TEMAS REFERENCIAIS PARA A ATUAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A seguir são apresentados alguns temas de natureza estratégica que, em conexão com os vários tópicos expressos nesse manual, podem referendar e condicionar a proposição de programas de desenvolvimento local e de RSE:

##### COMPROMISSO ÉTICO COM O MEIO AMBIENTE E A SOCIEDADE

O Meio Ambiente e as Relações Sociais sustentáveis e saudáveis são um valor em si e um compromisso ético com as gerações presentes e futuras. Medidas que visem assegurar sua integridade são urgentes e devem ser adotadas no prazo mais curto possível. Devem ser focadas tanto as ações corretivas (sobre passivos existentes) quanto preventivas (sobre passivos previsíveis) e pró-ativas (visando oportunidades para o futuro), nenhumas das quais podem ser substituídas por ações compensatórias.

O Meio Ambiente e as Relações Sociais jamais podem ser reduzidos a apenas valores econômicos ou monetários, mesmo que em certas situações se aceite que alguns de seus elementos sejam quantificados e tratados como recursos, custos ou oportunidades.

##### PROMOÇÃO DA CIDADANIA GLOBAL E DA DEMOCRACIA

Projetos de desenvolvimento local sustentável devem reconhecer e garantir os direitos humanos individuais e coletivos já consagrados internacionalmente, respeitando-se a primazia das leis e acordos estabelecidos de forma democrática e legítima no âmbito de cada país, e também pelos países entre si, no âmbito do direito internacional e das organizações multilaterais.

Esses preceitos devem promover e valorizar o exercício da cidadania global, entendida como o estabelecimento de mecanismos e condições para que cada ser humano possa se fazer ouvido e exercer - consciente e efetivamente - sua influência sobre as organizações e sistemas cujas ações afetam seu bem estar presente e suas perspectivas futuras.

##### VALORIZAÇÃO DA COOPERAÇÃO SOCIAL E DA SOLIDARIEDADE

A transferência voluntária de recursos de uma organização para pessoas ou instituições fora de seu interesse ou do impacto específico de suas atividades - visando o atendimento de interesses coletivos - é uma ação válida, meritória e que deve ser estimulada, desde que praticada de modo a não perpetuar as situações de necessidade ou desigualdade que a ensejaram.

Ações de RSE e de promoção dos desenvolvimento local sustentável não devem ser confundidas com filantropia, que deve ser considerada como uma atividade complementar a ela, mas não sua parte essencial nem sua substituta. O mesmo se aplica a outras práticas relacionadas à doação ou investimento de recursos privados em causas sociais e ambientais (como “Marketing Social”, “Patrocínios Culturais”, “Ação Social”, “Investimento Social Privado” e outras). Cuidados devem ser tomados para que o uso dos termos desenvolvimento local sustentável e RSE não se vulgarizem, nem sejam utilizados de forma “enganosa”, ou confundindo-se com uso de facilidades mercadológicas, fiscais ou outras que fujam à sua natureza.

Deve ser priorizado o caráter emancipador, transformador e auto -sustentável dessas ações ou doações, reconhecendo-se, porém a importância e o mérito daquelas destinadas ao atendimento de carências específicas ou situações de emergência.

##### VALORIZAÇÃO DA AUTONOMIA DA SOCIEDADE CIVIL

Ações de RSE de promoção do desenvolvimento local sustentável devem reconhecer a legitimidade e autonomia da sociedade civil para organizar-se, de forma diversificada, em torno de suas causas, de modo a promover sua independência do poder econômico. Deve indicar cuidados e mecanismos para que as organizações doadoras de recursos considerem e respeitem a identificação de causas e prioridades pelos próprios cidadãos e suas organizações. Deve reconhecer o conflito entre interesses legítimos como parte integrante da vida em sociedade, e que o diálogo é a única forma válida para resolvê-los.

##### PARTICIPAÇÃO EFETIVA DAS “PARTES INTERESSADAS” (STAKEHOLDERS)

A participação dos stakeholders nas proposições feitas pelas ACEs em relação ao tema desenvolvimento deve ser assegurada nas etapas de planejamento, operação, monitoramento e avaliação das atividades propostas. Deve também haver a precaução de que a ACE torne a participação efetiva, isto é, fundada no diálogo e apoiada por processos de discussão e disseminação de informações adequados às possibilidades e necessidades de todas as partes envolvidas.

##### VALORIZAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA

A prática da RSE pressupõe a absoluta transparência quanto aos critérios pelos quais a organização age, e sobre todos os impactos de suas atividades. A efetiva transparência requer comunicação eficaz, clara, acessível e em tempo e forma adequados à sua compreensão pelo público a que se destina.

A Agenda 21, o Pacto Global e os Princípios do Milênio em expressiva escala contribuíram para a formulação dos conceitos de RSE e de desenvolvimento sustentável, portanto, essas diretrizes configuram-se como fontes adicionais de consulta e definição da estratégia de abordagem das ACEs em relação a esses temas.

## FORMULAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA ACE ACERCA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

Há três elementos centrais acerca da concepção da estratégia de atuação da ACE em relação ao desenvolvimento local sustentável e a RSE:

* Criação de plataformas de diálogo social
* Proposição de agenda para o desenvolvimento
* Identificação de mecanismos de financiamento do desenvolvimento

A seguir esses elementos serão detalhados para consecução do programa desenvolvimento local sustentável pela ACE:

###

### Criação de Plataformas de Diálogo Social

A ACE, numa atuação proativa pelo cumprimento de sua missão institucional, deve promover a criação de plataformas para o diálogo social entre os diferentes agentes que integram o processo de desenvolvimento local sustentável. Usualmente são compostos nos municípios instâncias que reproduzam modelos compartilhados de tomada de decisão e de gestão do desenvolvimento, o mais comum deles refere-se à criação de um fórum de desenvolvimento local, embora outros mecanismos de iniciativa dos poderes constituídos possam ser propostas como conselhos e secretarias municipais de desenvolvimento. Algumas dessas instâncias assumem papel consultivo perante a sociedade e detem poucas prerrogativas decisórias. Dessa percepção decorre a necessidade de que a ACE avalie o grau de contundência dos instrumentos propostos e o papel a ser exercido pela entidade no processo de promoção do desenvolvimento local sustentável.

Instâncias que traduzam influência e capacidade de intervenção de maneira equilibrada entre os agentes do desenvolvimento local, devem ser priorizadas em relação àquelas que exerçam função consultiva ou meramente formal no território em análise.

### Proposição de Agenda Para o Desenvolvimento

A formulação de agenda para o desenvolvimento pressupõe estabelecer quais as pautas traduzem os interesses dos agentes-chave do desenvolvimento local (stakeholders), de modo a estabelecer consenso sobre os temas essenciais sobre os quais serão alicerçadas políticas, programas e projetos de interesse.

Outro elemento necessário à proposição da agenda para o desenvolvimento refere-se ao horizonte temporal das ações propostas e à definição de rotinas que assegurem a construção de um plano de desenvolvimento que ultrapasse mandatos eleitorais e objetivos de curto prazo.

Uma agenda para o desenvolvimento deve traduzir uma visão de futuro compartilhada para o território em análise.

### Identificação de Mecanismos de Financiamento do Desenvolvimento

Muitas iniciativas relativas à proposição de um modelo de desenvolvimento local sustentável perecem diante da ausência da criação e ou identificação de mecanismos de financiamento, tanto para subsistência das plataformas de diálogo quanto para o custeio de estruturas associadas ao processo de desenvolvimento local sustentável (agências de desenvolvimento; incubadoras de empresas; parques tecnológicos, etc. Além disso, deve haver uma preocupação igualmente relevante quanto ao financiamento de projetos decorrentes do programa de desenvolvimento proposto, quer estejam ligados a aspectos infraestruturais, econômicos, sociais ou ambientais.

## Fatores Sistêmicos de Competitividade

Atualmente a avaliação de competitividade territorial e a atratividade a novos investimentos é observada à luz de fatores de natureza sistêmica, o que significa estabelecer uma avaliação sinérgica dos diversos elementos que integram determinado universo de análise. No passado, os promotores das economias nacionais tentaram se concentrar em aspectos singulares das políticas de desenvolvimento, por exemplo, municípios que ofereceram espaços para que empresas novas pudessem se instalar. Na maior parte dos casos, essas iniciativas não sustiram os efeitos esperados, porque há uma série de fatores que influenciam a decisão de investimento de uma empresa. Portanto, a aplicação do conceito “sistema” na promoção de economias locais significa olhar para a totalidade de fatores que influenciam o desenvolvimento econômico local e estar atento à interligação entre eles. Essa “totalidade de fatores” é dividida em quatro níveis, que são apresentados no gráfico a seguir:



O ***nível micro*** refere-se ao conjunto de empresas numa localidade ou região. A competitividade da região é maior quando, por exemplo, as empresas locais perseguem estratégias de inovação permanente e de aumento da sua produtividade.

O ***nível meso*** refere-se ao ambiente institucional e à formulação de políticas setoriais. Por exemplo, aspectos regulatórios referentes à produção, comercialização e processamento de quaisquer produtos fazem parte do nível meso. Outros exemplos deste nível são a presença no território em análise de: universidades, institutos científicos, escolas de formação profissional, associações empresariais, associações de moradores e outros mecanismos de organização social.

Na sequência se enquadro o ***nível macro***, que engloba as políticas com impacto nacional (políticas monetária, cambial, orçamentária, fiscal e comercial), o funcionamento, independência e estabilidade das instituições governamentais.

O ***nível meta*** é abstrato. Relaciona-se a esse nível a cultura nacional ou local, as atitudes e valores das pessoas em relação às mudanças e a coesão social. Por exemplo, a famosa pontualidade dos britânicos faz parte do nível meta. Como regra geral, as características constituintes deste nível evoluíram durante décadas ou centenas de anos e são difíceis de serem alteradas ou edificadas em pouco tempo.

Em relação ao desenvolvimento local sustentével, é necessário delimitar as condições sócio-econômicas e ambientais locais, bem como seu potencial de crescimento e a sua atratividade para empresas levando-se em conta todos os níveis descritos.

###### Fatores que determinam a qualidade econômica de uma localidade

Empresas preferem instalar-se em localidades que lhes garantam as melhores condições em termos de ambiente econômico e político. Cada localidade, município ou região dispõe de uma miscelânea de condições muito específicas, que determina o grau de atração para as empresas e as possibilidades de essas poderem se desenvolver.

Para os representantes do governo e da administração local é importante fazer uma análise da atratividade da localidade, pois ela permitirá conhecer os pontos fracos que inibem maior crescimento da economia local. Neste contexto, os grupos-alvo de uma política de desenvolvimento econômico local são as *empresas localmente existentes* assim como *novas empresas que futuramente possam aí se instalar*. São três categorias de fatores a serem considerados:

###### Fatores tangíveis relacionados com a localidade

São fatores facilmente mensuráveis, assim como a posição geográfica junto aos mercados fornecedor e comprador, o acesso às vias de transporte, qualidade e quantidade dos recursos humanos, o acesso à energia elétrica, água, telecomunicação e outros.

###### Fatores intangíveis relacionados com a localidade

São difíceis de serem medidos, mas que, mesmo assim, têm um impacto na evolução da economia local. Englobam o clima econômico local ou regional, a qualidade e flexibilidade da administração pública, a imagem da localidade, a existência de instituições científicas e de formação e a existência e capacidade de associações empresariais.

###### Fatores intangíveis pessoais

São os que determinam a disponibilidade de o pessoal qualificado de uma empresa aceitar as condições de vida oferecidas localmente. Por exemplo, para uma empresa operando no interior nordestino não é fácil encontrar um engenheiro especializado, que aceitaria mudar da capital litorânea para o vilarejo. A qualidade de ensino local não corresponde a das escolas da capital. Esse tipo de fator pode ser importante para empresas que dependem, até certo grau, de recursos humanos de alto nível.

fazer uso dos mesmos. Tendo em vista a escassez de meios financeiros, que é uma realidade de muitos municípios no Brasil, é importante:

* identificar medidas cuja realização não necessariamente envolvam grandes investimentos financeiros;
* identificar parceiros dispostos a realizar atividades que possam impulsionar a economia local sem que isso envolva meios financeiros do município.

Os parceiros podem ser vários, de ONGs internacionais até escolas e centros de formação (veja lista a seguir). O importante é integrá-los num processo de consulta para saber qual é o potencial de contribuição destes atores, e o que os mesmos esperam das autoridades municipais em termos de serviços, apoios, etc.

| **Fatores tangíveis relacionados com a localidade** | **Fatores intangíveis relacionados com a localidade** | **Fatores intangíveis pessoais** |
| --- | --- | --- |
| Posição geográfica da localidade junto aos mercados fornecedor e comprador | Clima econômico local ou regional | Qualidade residencial |
|  Acesso às vias de transporte (rodovias, ferrovias, vias aérea e marítimas). | Qualidade e flexibilidade da administração pública local | Qualidade das escolas/ instituições de formação |
| Qualidade e quantidade dos recursos humanos | Imagem da localidade | Qualidade ambiental |
| Acesso, qualidade e custos de terrenos locais | Existência de instituições científicas e de formação | Possibilidades de lazer (teatro, cinema, restaurantes, piscinas etc.) |
| Acesso e preços da energia elétrica, água, telecomunicações | Existência e capacidade de associações empresariais locais | Atratividade da cidade e da região |
| Tributação e custos de serviços públicos locais |  |  |

Tabela – Instrumentos e entidades para o desenvolvimento local.

| **Potenciais campos de ação ao nível municipal** | **Áreas** | **Instrumentos** | **Entidades implementadoras** | **Plano de Desenvolvimento Econômico Local** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Serviços de desenvolvimento de negócios | * Pesquisas de mercado
* Apoio aos iniciantes de negócios
* Bancos de dados
* Consultorias
* Incubadoras
* Promoção de exportações
* Fomento a arranjos produtivos
 | * ACEs
* Governo municipal
* Empresas de prestação de serviços
* Universidades
* Projetos/ONGs
* Institutos especializados
 |
| Finanças | * Programas de crédito
* Fundos de garantia
* Fundos rotativos
* Linhas de crédito especializadas
 | * Bancos locais
* Instituições de micro finanças
* ONGs
* Bancos de desenvolvimento
 |
| Treinamento | * Cursos de gestão empresarial
* Viagens de estudo
* Formação à distância
* Cursos especializados para mulheres, ex-combatentes etc.
 | * Escolas locais/regionais
* ACEs
* Empresas de prestação de serviços
* Universidades
* Projetos/ONGs
* Institutos especializados
 |
| Desenvolvimento das infraestruturas |  | * Governo local
* Governo provincial
* ACEs
* Universidades
* Projetos/ONGs
* Associações de bairros
 |
| Atração de novos investimentos | * Marketing territorial
 | * Governo local
* ACEs
* Universidades
* Projetos/ONGs
* Outros
 |
| Criação de redes de contacto | * Buscar informações e fazer lobby para adquirir fundos de investimento/ programas de desenvolvimento junto ao Governo provincial/nacional, ONGs, organizações internacionais etc.
* Manter o contacto com as empresas fornecedoras de serviços chave para melhorar a qualidade de serviços
 | * Governo local
* ACEs
* Universidades
* Projetos/ONGs
* Outros
 |

Instrumentos e entidades para o desenvolvimento local

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Potenciais campos de ação ao nível municipal** | **Áreas** | **Instrumentos** | **Entidades implementadoras** | **Plano de Desenvolvimento Econômico Local** |
| Coordenação/gestão de recursos locais | * Regular e monitorar o acesso aos recursos naturais do município (terra, água etc.).
* Introduzir impostos/taxas para utilização de serviços locais
* Orientar investimentos públicos locais
 | * Governo local
* Governo provincial
* ACEs
* Associações de bairros
 |
| Serviços de desenvolvimento de negócios | * Pesquisas de mercado
* Apoio aos iniciantes de negócios
* Bancos de dados
* Consultorias
* Incubadoras
* Promoção de exportações
* Fomento a arranjos produtivos
 | * ACEs
* Governo municipal
* Empresas de prestação de serviços
* Universidades
* Projetos/ONGs
* Institutos especializados
 |
| Finanças | * Programas de crédito
* Fundos de garantia
* Fundos rotativos
* Linhas de crédito especializadas
 | * Bancos locais
* Instituições de micro finanças
* ONGs
* Bancos de desenvolvimento
 |
| Treinamento | * Cursos de gestão empresarial
* Viagens de estudo
* Formação à distância
* Cursos especializados para mulheres, jovens empreendedores etc.
 | * Escolas locais/regionais
* ACEs
* Empresas de prestação de serviços
* Universidades
* Projetos/ONGs
* Institutos especializados
 |
| Desenvolvimento das infra-estruturas |  | * Governo local
* Governo estadual
* ACEs
* Universidades
* Projetos/ONGs
* Associações de bairros
 |
| Atração de novos investimentos | * Marketing territorial
 | * Governo local
* ACEs
* Universidades
* Projetos/ONGs
* Outros
 |
| Criação de redes de contacto | * Buscar informações e fazer lobby para adquirir fundos de investimento/ programas de desenvolvimento junto aos Governos, ONGs, organizações internacionais etc.
* Manter o contacto com as empresas fornecedoras de serviços chave para melhorar a qualidade de serviços
 | * Governo local
* ACEs
* Universidades
* Projetos/ONGs
* Outros
 |
| Coordenação/gestão de recursos locais | * Regular e monitorar o acesso aos recursos naturais do município (terra, água etc.).
* Introduzir impostos/taxas para utilização de serviços locais
* Orientar investimentos públicos locais
 | * Governo local
* Governo estadual
* ACEs
* Associações de bairros
 |

### Núcleos Setoriais

Para as ACEs, a atuação no contexto da competitividade sistêmica se inicia pela organização dos diversos setores econômicos locais em torno de núcleos empresariais. Como exposto no Manual Cultura Associativa, os núcleos setoriais são formados por empresários de pequenas e médias empresas, prevalentemente, do mesmo segmento, que se reúnem para, mais facilmente, discutir, trocar ideias e procurar soluções relativas a problemas e interesses comuns. Os grupos objetivam melhorias nas próprias empresas, a quebra do isolamento entre os empresários e articulam ações de natureza coletiva que as tornem mais solidárias e competitivas no mercado.

Atualmente há a percepção de que os núcleos podem ser indutores do planejamento estratégico relativo a certos segmentos econômicos no município, bem como da proposição de políticas de interesse empresarial. Esse status confere a esse modelo associativo a ocupação de um novo patamar de relevância, pois o próprio modelo de desenvolvimento do município pode ser orientado pela organização empresarial em núcleos e não o oposto, em que os núcleos são formados e procuram encontrar espaço nas políticas de desenvolvimento em curso.

### Arranjos Produtivos Locais[[27]](#footnote-27)

Em estágios mais avançados de desenvolvimento, uma entidade empresarial pode vir a liderar ações relativas a conformação de arranjos produtivos locais (APLs) que correspondem a aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas - que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação. Incluem, de forma subsidiária, diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento.

Os APLs implicam em um maior esforço de profissionalização e no desenvolvimento de competências específicas pela ACE para atendimento às demandas por articulação institucional decorrentes das empresas organizadas em torno do APL. Em alguns casos, o desenvolvimento de diferentes núcleos setoriais pode culminar com a formação de um arranjo produtivo local.

### Clusters

Um cluster, em relação à indústria, pode ser definido como uma concentração de [empresas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Empresa) que se comunicam por possuírem características semelhantes e coabitarem no mesmo local. Elas colaboram entre si e, assim, se tornam mais eficientes.

Este conceito foi popularizado pelo economista [Michael Porter](http://pt.wikipedia.org/wiki/Michael_Porter) no ano [1990](http://pt.wikipedia.org/wiki/1990), no seu livro *Competitive Advantages of Nations* ("As vantagens competitivas das nações").

No mundo existem diversos clusters industriais ligados a setores como automotivo, tecnologia da informação, [turismo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Turismo), indústria audiovisual, transporte, logística, agricultura, pesca entre outros.

Entre os exemplos de clusters mais expressivos encontram-se o [Silicon Valley](http://pt.wikipedia.org/wiki/Silicon_Valley), na área da [Califórnia](http://pt.wikipedia.org/wiki/Calif%C3%B3rnia) ([Estados Unidos](http://pt.wikipedia.org/wiki/Estados_Unidos)) onde se concentram um grande número de empresas de tecnologia (tecnologia da informação, nonotecnologia e [biotecnologia](http://pt.wikipedia.org/wiki/Biotecnologia)) ou o [Kista](http://pt.wikipedia.org/wiki/Kista) na [Suécia](http://pt.wikipedia.org/wiki/Su%C3%A9cia).

Este fenômeno tem tido uma maior repercussão em pequenas e médias empresas com limitada disponibilidade de recursos (financeiros, tecnológicos, produtivos, humanos) e com atividades complementares.

Em geral, a cooperação entre empresas pode ser de dois tipos:

* **Cooperação Horizontal**: envolve geralmente acordos de longo prazo entre empresas do mesmo setor que originam as denominadas “alianças estratégicas”;
* **Cooperação vertical**: envolve diferentes entes que integram cadeia produtiva entre os quais figuram fornecedores, fabricantes, distribuidores e clientes.

##### Objetivos

Michael Porter indica que os clusters tem o potencial de melhorar a competitividade industrial de três formas diferentes:

* Incrementando a produtividade das empresas ligadas ao cluster,
* Aportando inovação,
* Estimulando a criação de novas empresas

##### Motivações

* Necessidade de entrada em novos mercados
* Acesso a canais de distribuição estabelecidos
* Difusão e transferência de tecnologia
* Complementaridade tecnológica
* Partilha de riscos
* Redução de custos de produção e desenvolvimento
* Aceleração da introdução de novos produtos
* Ultrapassagem de barreiras legais
* Compartilhamento de diferentes experiências e modelos produtivos

Diversos fatores podem contribuir para dificultar o sucesso de cooperações entre empresas, nomeadamente:

* dificuldade na garantia de um clima de confiança;
* necessidade de infraestruturas que assegurem uma aprendizagem comum e partilha de informação e conhecimento;
* necessidade de infraestruturas legais que compreendam os direitos de propriedade intelectual ou direito a dividendos.

### Encadeamento Produtivo

Ao encadeamento produtivo correspondem estratégias lideradas por uma grande empresa no desenvolvimento de fornecedores locais, de modo a fortalecer os níveis de competitividade do território e da empresa de grande porte denominada empresa-âncora. O alcance desse novo nível de competitividade, em geral, é atingido mediante conjugação de esforços que vão além das fronteiras definidas por empresas compradoras e fornecedoras. A participação coordenada de instituições de ensino e centros de formação profissional, instituições de pesquisa, organismos de financiamento e de órgãos regulatórios é fundamental para a criação de um modelo de organização multissetorial orientado para o atendimento de interesses dos vários agentes sociais e econômicos que integram o território (stakeholders).

Para as ACEs, o encadeamento produtivo pode ser encarado como um mecanismo de ação integrada entre pequenas e médias empresas em torno da empresa âncora. A tecnologia utilizada na formação de núcleos setoriais pode ser aplicada a esse contexto, ainda que as empresas fornecedoras procedam de segmentos distintos.

##

## Processos Participativos de Diagnóstico e Planejamento

A concepção de um modelo de desenvolvimento local que integre e reproduza os anseios de diferentes atores sociais, deve nascer de um amplo processo de discussão com a sociedade. O diagnóstico e o planejamento participativo correspondem ao primeiro passo para que preceitos de integração dos stakeholders ganhem materialidade. Entre as estratégias a serem adotadas num processo de diagnóstico participativo, recomenda-se:

* A proposição de uma matriz para coleta de informações-chave sobre o município;
* A manutenção de um clima flexível que permita rever os instrumentos e estratégias relativas ao processo de desenvolvimento local, incluindo-se a própria matriz para coleta de informações municipais;
* O aproveitamento e a valorização de informações e iniciativas pregressas, de modo a prestigiar estudos, iniciativas e projetos disponíveis;
* A identificação das entidades que devam participar do processo de consulta e, *a posteriori*, da ações de planejamento e gestão do progama de desenvolvimento;
* A proposição de agenda e de instrumentos de comunicação que mantenham a fluidez de informações e a maleabilidade do processos decisórios ao longo de todas as fases do programa de desenvolvimento.

###

### Condições de Governança[[28]](#footnote-28)

Governança segundo Melo (apud Santos, 1997, p. 341): “refere-se ao modus operandi das políticas governamentais – que inclui, dentre outras, questões ligadas ao formato político-institucional do processo decisório, a definição do mix apropriado de financiamento de políticas e ao alcance geral dos programas”. Como bem salienta Santos (1997, p. 341) “o conceito (de governança) não se restringe, contudo, aos aspectos gerenciais e administrativos do Estado, tampouco ao funcionamento eficaz do aparelho de Estado”. Dessa forma, a governança refere-se a “padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico”, incluindo-se ai “não apenas os mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses, tais como os partidos políticos e grupos de pressão, como também redes sociais informais (de fornecedores, famílias, gerentes), hierarquias e associações de diversos tipos” (Santos, 1997, p. 342). Ou seja, enquanto a governabilidade tem uma dimensão essencialmente estatal, vinculada ao sistema político-institucional, a governança opera num plano mais amplo, englobando a sociedade como um todo.

## Modelo de Gestão Compartilhada

As redes de cooperação são grupos de pessoas ou instituições que se ajudam mutuamente pela troca informações, influências e aprendizado para atingirem o objetivo de serem competitivas no mercado ou mais eficientes sob o ponto vista social. Para que uma rede seja sustentável, deve haver prevalência da cooperação sobre a competição. As redes de cooperação possuem diversos formatos, diversas naturezas.

Uma rede local deve ser dotada da capacidade de estabelecer uma teia por meio da qual ocorre a mobilização de pessoas físicas ou jurídicas a partir da percepção de um problema que rompe ou coloca em risco o equilíbrio da sociedade ou as perspectivas do desenvolvimento sustentável local. As redes de estado são aquelas resultantes da associação de órgãos da estrutura do estado, nas diversas instâncias, com organizações não estatais devidamente autorizadas pela lei para a prestação de serviços públicos descentralizados ou terceirizados.

O diagrama a seguir ilustra diferentes modelos de rede:



Num modelo de planejamento participativo e de gestão compartilhada a formação da rede deve ser suficientemente fluída, representativa e coesa para permitir a troca de informações e a manutenção dos processos de consulta e deliberação entre aqueles que a integram. A forma de conexão numa rede é decisiva para construção de uma arranjo social centrado na cooperação e no bem comum.

As figuras acima ainda demonstram que os pontos, que podem ser traduzidos como pessoas ou instituições, permanecem nos mesmos lugares, o que muda é a forma de ligação entre eles, portanto, a conectividade da rede.

Ao compor uma proposta de desenvolvimento local sustentável é natural que várias entidades venham a integrá-la. Nesse caso é necessária a definição de condições que favoreçam a adesão e representatividade de vários segmentos sociais.

## MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Algumas rotinas para avaliação da eficácia do programa de desenvolvimento local devem ser instituídas, entre elas a eleição de indicadores intermediários e finalísticos de avaliação. A seguir são enumeradas duas instâncias de avaliação e monitoramento:

* Indicadores de desempenho relativos ao modelo de gestão proposto
* Indicadores de desempenho relativos ao ambiente de negócios (IDMPE)

###

### Indicadores do Modelo de Gestão

Uma rápida e eficiente avaliação do modelo de gestão proposto para o programa de desenvolvimento local sustentável pode ser orientada pelo seguintes elementos:

* Evolução do número de entidades aderentes ao programa, quorum, frequência e regularidade das reuniões realizadas
* Número de projetos propostos e concluídos com seus respectivos indicadores de resultado
* Destinação de recursos financeiros para a gestão do programa e para os projetos a este vinculados
* Repercussão local dos projetos empreendidos e da visibilidade institucional gerada para os parceiros do programa (ação a ser desenvolvida por meio da realização de pesquisas dirigidas)
* Agregação de competências técnicas aos parceiros do programa
* Criação e ou amadurecimento de redes de cooperação
* Atração de novas estruturas institucionais para o município e/ou composição de alianças estratégicas para o alcance dos objetivos do programa
* Número e grau de coesão de plataformas de diálogo social instituídas

### IDMPE – Índice de Desenvolvimento das MPE

O IDMPE é um indicador que mede a favorabilidade do ambiente do município referente ao desenvolvimento das MPE. Este indicador busca identificar nas áreas de desenvolvimento empresarial, mercado e de ambiente institucional a favorabilidade a abertura, crescimento e longevidade das MPEs nos municípios do Paraná.

Índice sintético que retrata de maneira sistêmica, utilizando bases de dados públicas, secundárias, de periodicidade anual e cobertura municipal, as condições institucionais de cada Município favoráveis às MPEs a partir de três dimensões: Ambiente Empresarial (IDE) sintetiza o clima de negócios que favoreça a criação de novos empreendimentos formais e a sobrevivência e expansão das empresas instaladas; Ambiente do Mercado Consumidor (IDM) indica a dinâmica de geração de emprego e renda que define a dimensão do mercado consumidor local e impacta favoravelmente na expansão das MPE municipais; e Ambiente Institucional (IDI) retratando as condições do entorno municipal que criam as condições básicas de um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento e competitividade das MPE.



Indicadores adicionais de avaliação devem ser incorporados ao modelo de gestão aplicável ao Programa de Desenvolvimento Local Sustentável, conforme necessidades identificadas e capacidade de apuração. Um bom modelo de indicadores deve ser condicionado pela sua capacidade de orientar os processos decisório e de monitoramento e avaliação das ações, com esforço mínimo de reunião e consolidação das informações apuradas.

#

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sociedades prósperas nascem da capacidade de harmonização de interesses difusos em torno de uma proposta comum de desenvolvimento. As Associações Comerciais e Empresariais, por suas características singulares descritas nesse manual, tem exercido, em seus territórios de atuação, um importante papel de mobilização de empresários, instituições e da comunidade para a construção de um ambiente favorável à atividade empreendedora e ao bem-estar social.

#

7. BIBLIOGRAFIA

AMATO NETO, J.: Redes de cooperação produtiva: antecedentes, panorama atual e contribuições para uma política industrial. Tese (Livre Docência) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. AXERLROD, R.D.: The evolution.

BUARQUE, Sérgio C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.

DEMING, Eward. A Nova Economia. Qualitmark. São Paulo. 2001.

FRANCO, A. O Lugar mais Desenvolvido do Mundo: investindo no capital social para promover o desenvolvimento comunitário. Agência de Educação para o Desenvolvimento – AED, 2004.

MANUAL EMPREENDER, Projeto Empreender passo a passo, Brasília: CACB, 2003;

MANUAL DESENVOLVIMENTO LOCAL, Programa Capacitar, Brasília: CACB, 2008;

MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia. Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS). 2005.

PORTER, M.: Vantagem Competitiva. Criando e sustentando um desempenho superior. 13 ed., Rio de Janeiro, Campus, 1989 – 13 ed. 1998.

RENAULT, Michel; André Ribeiro, PAULA, Luiz Fernando e SICSU, João (organizadores). Novo Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social. São Paulo: Editora Manole/Fundação Konrad Adenauer, 2005.

1. Fonte: www.wwfbrasil.com.br [↑](#footnote-ref-1)
2. Segundo definição da ONU, encaixam-se na definição de limite da pobreza, pessoas que vivem com menos de US$2,00 por dia. [↑](#footnote-ref-2)
3. Fonte: Termo de Referência para Atuação do Sistema SEBRAE em Sustentabilidade. [↑](#footnote-ref-3)
4. Fonte: Instituto Ethos [↑](#footnote-ref-4)
5. Fonte: www.fiesp.com.br/spcred [↑](#footnote-ref-5)
6. Fonte: www.bancopalmas.com.br [↑](#footnote-ref-6)
7. Fonte: Secretaria Nacional de Economia Solidária [↑](#footnote-ref-7)
8. Fonte: Anprotec – Associação Nacional Entidades Promotoras de Negócios Inovadores [↑](#footnote-ref-8)
9. Fonte: IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Os Conselhos Municipais Existentes no Brasil – Série Estudos Especiais nº 23, maio de 2001. [↑](#footnote-ref-9)
10. Fonte: www.jusvi.com/artigos/34139 [↑](#footnote-ref-10)
11. Fonte: Portal do Empreendedor Individual – Dez/2011 [↑](#footnote-ref-11)
12. Fonte: Agência de Notícias SEBRAE [↑](#footnote-ref-12)
13. Fonte: Jornal Folha de São Paulo [↑](#footnote-ref-13)
14. Fonte: Comitê Gestor da Internet no Brasil [↑](#footnote-ref-14)
15. Fonte: Ministério do Planejamento [↑](#footnote-ref-15)
16. Fonte: Wikipédia – 2012 [↑](#footnote-ref-16)
17. Fonte: IBGE – 2011 [↑](#footnote-ref-17)
18. Fonte: Globo News – Em Cima da Hora – Reportagem exibida em 10/01/12 [↑](#footnote-ref-18)
19. Fonte: OMS –Organização Mundial de Saúde [↑](#footnote-ref-19)
20. Fonte: www.notíciasR7.com/blogs/daniel-castro/2012/01/23 [↑](#footnote-ref-20)
21. Fonte: MTE / Caged 2012 [↑](#footnote-ref-21)
22. Fonte: CNJ – Conselho Nacional de Justiça - 2011 [↑](#footnote-ref-22)
23. Fonte: Guia Exame de Sustentabilidade – Edição 2011 [↑](#footnote-ref-23)
24. IBGE – Atlas do Saneamento Básico no Brasil 2011 [↑](#footnote-ref-24)
25. Fonte: MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário – 2009. [↑](#footnote-ref-25)
26. Fonte: Reportagem Portal Terra publicada em 16/12/2009. [↑](#footnote-ref-26)
27. Fonte: MDIC – Ministério da Indústria e Comercio Exterior [↑](#footnote-ref-27)
28. Fonte: Alcindo Gonçalves é doutor em Ciência Política pela USP e professor titular do Programa de Mestrado em Direito da Universidade Católica de Santos [↑](#footnote-ref-28)